A INFLAÇÃO

Prof. Pinto Ferreira

I

QUE É A INFLAÇÃO?

A inflação constitui um dos mais palpitantes e sérios problemas da atualidade. Economistas, sociólogos, estadistas, homens públicos e financistas olham com atenção o fenômeno sociológico-econômico da inflação. Ela não é exclusivamente monetária, mas tem causas complexas. A sua atualidade se reveste de côres dramáticas durante as crises do mundo moderno, que se seguiram aos conflitos mundiais. A sua intensidade se torna crônica nos países sub-desenvolvidos, onde os governos se sentem incapazes de compreendê-la e dominá-la.

Etimologicamente a palavra inflação tem o sentido de inchação, intumescência. A maioria dos dicionários a compreende como o aumento desproporcionado de dinheiro em circulação ou do crédito bancário com respeito ao volume das transações comerciais. Daí falar-se frequentemente em inflação da moeda e inflação do crédito.

HENRIQUE GUITTON em sua **Economia Política** (Rio, 1960, 4 vols., vol. III, pág. 102, tradução brasileira da obra **Economie Politique**, Paris, 1956), adverte: "Poucas palavras existem que sejam tão empregadas como inflação. Igualmente poucas há que sejam tão mal definidas. É que há várias noções de inflação".

Entre as diversas formas de inflação êle mostra a inflação monetária, a inflação de crédito, a inflação orçamentária, a inflação salarial, etc., o que dificulta uma escorreita definição da palavra, a sua rigorosa conceituação objetiva e científica.

PIGOU é outro autor de nomeada que acusa os escritores que empregam a palavra inflação de não saber defini-la com precisão, ora afirmando tais escritores que se trata de um aumento excessivamente rápido do dinheiro bancário, ora de um excesso de dinheiro em circulação.

O grande público geralmente entende como inflação todo aumento do volume da moeda. Mas é preciso que tal aumento seja anormal ou excessivo, e só se pode reconhecer êsse caráter tomando-se um ponto de referência, medindo-se destarte o aumento do volume monetário em relação a uma outra coisa que tenha um caráter real.

No século passado êste ponto de referência era o depósito de metal, geralmente o ouro. É a doutrina da chamada **Currency School**, firmada por RICARDO. Na época, em abril de 1811, a Câmara dos Comuns da Inglaterra discute o **Bullion Report**, para saber a causa do preço alto dos lingotes de ouro. RICARDO escreve dois trabalhos importantes, a sua brochura **Sôbre o Alto Preço dos Lingotes** (1811) e suas **Propostas em Favor de uma Moeda Segura e Econômica** (1816). No primeiro defende as conclusões do **Bullion Committee** e no segundo recomenda o retôrno ao padrão metálico e a restrição da circulação das notas. No fundo RICARDO propõe que a emissão da moeda de papel só se processe pela contrapartida de um depósito de metal, é a tese sustentada no seu **Plano de um Banco Nacional**, obra publicada após a sua morte, e cujas idéias são aceitas com certas modificações com o famoso **Act de PEEL** de 1844.

No século passado entendia-se assim que a inflação se caracterizaria por um excesso anormal de aumento de papel-moeda sôbre o depósito de metal. Êste

aumento excessivo e anormal seria característico da inflação.

Hoje em dia, entretanto, o volume da emissão é medido em relação a outro fator real, isto é, o volume da produção nacional, e então se caracteriza a inflação pelo aumento excessivo da moeda, em suas diversas formas, com respeito à produção nacional. Assim escreve com segurança RAIMUNDO BARRE em seu **Manual de Economia Política** (Rio, 1962, 4 vols., vol. III, pág. 295, obra traduzida de original francês intitulado **Economie Politique**): “O volume da emissão é presidido pela idéia de que o valor da moeda não depende de sua cobertura-ouro, mas do confronto entre a massa monetária e o conjunto das mercadorias e serviços que lhe corresponde. Ora, êste conjunto de bens e serviços depende antes de tudo do esforço produtivo da economia. Segundo uma fórmula sempre utilizada, passa-se da noção de cobertura-ouro à de cobertura-trabalhos. A reserva de ouro é substituída pela reserva das forças produtoras da nação”.

Vejamos agora como autores estrangeiros e nacionais de renome definem a inflação. Segundo HENRI GUITTON, empregando o termo em seu sentido geral, na obra **Economia Política** (III, pág. 104), “a inflação é a alta geral dos preços”. Assim também a compreende a escola pós-keynesiana, segundo BENT HANSEN no ensaio intitulado **Um Estudo da Teoria da Inflação** (*A Study of the Theory of Inflation*, 1951).

De acordo com MAURICE FLAMENT a inflação é o “processo da alta geral dos preços”, conforme elucidada no livro **Teoria da Inflação e Políticas Anti-inflacionistas** (*Théorie de l'inflation et politiques anti-inflationnistes*, Paris, Dally, 1952). Do mesmo modo pensa THOMAS SAUVET no **Dicionário Econômico e Social** (*Dictionnaire Économique et Sociale* (Paris, 1962, págs. 208-209): a “inflação é o processo da alta geral dos preços, resultante do fato de que o mercado é incapaz de atender às demandas dos consumidores capazes de pagar. Êstes oferecem então pagar mais caro para adquirir as mercadorias disponíveis”.

Recentemente foi publicado um lúcido estudo de **HERBERT GIERCH** com o título **Inflação**, na **Enciclopédia de Ciências Sociais (Handwoerterbuch der Sozialwissenschaften, Stuttgart-Tuebingen-Goettin** em 13 vols., vol. V, 1956, pág. 282), onde se baseia em diversos economistas-sociólogos, como **P. ABBA LERNER** em **Fighting Inflation** (R. Ecs. Stats. Cambridge, Mass, 33, 1951), **RALPH TURVEY** nos ensaios intitulados **Mais uma Nota sobre o Hiato Inflacionário (A Further Note on the Inflationary Gap. Ekonomisk Tid ikr, Estocolmo, 87, 1949)**, **Análise do Período e Inflação (Period Analysis and Inflation, Londres, Economica, 16, 1949)** e **Alguns Aspectos da Teoria da Inflação numa Economia Fechada (Some Aspects of the Theory of Inflation in a Closed Economy, Londres, Ec. J., 61, 1951)**, afora **BENT HANSEN** em **Um Estudo da Teoria da Inflação (A Study in the Theory of Inflation, Londres, 1951)**. O economista-sociólogo **HERBER GIERSCH** define a "inflação como uma cadeia de processos e circunstâncias nos quais existe uma demanda de alta **(Inflation ist eine Kette von Zustaenden (Prozess), in denen ein Machfrageruberhang (Inflationsluecke)**",

Outra publicação importante sobre a matéria procede de **KLAUS E. RHODE** no artigo sobre **Inflação (Inflation)**, no **Léxico do Estado (Staatslexikon, Recht — Wirtschaft — Gesellschaft. Friburgo, 8 vols. V, 1959, pág. 303)**, sustentando que existe inflação quando a demanda geral de bens e serviços durante um determinado período é maior que a real, daí surgindo uma elevação geral do nível de preços **(Eine Inflation liegt vor, wenn die Gesamtnachfrage nach Guetern und Leistungen (monetaere Gesamtnachfrage) waehrend einer Periode groesser ist als das reale, de h. in Preisen der Norderiode ausgedrueckte Angebote von Guetern und Diensten, se dass es zu einer Erhoehung der allg. Preisenveaus kommt)**.

A Comissão Francesa do Balanço Nacional conceitua a inflação: "a inflação não é outra coisa senão o excesso das procuras sobre os recursos de que dispõe a economia".

O estudioso do problema da inflação não pode deixar de recorrer ao ensaio sintético de JAMES HARVEY ROGERS e LESTER V. CHANDLER, no verbete **Inflação e Deflação (Inflation and Deflation)**, publicado na **Enciclopédia de Ciências Sociais (Encyclopaedia of the Social Sciences)**, New York, 1935, 15 vols., vol. VIII, págs. 28-33). Tais escritos fazem um balanço da maneira como geralmente a inflação é compreendida no campo das ciências sociais. Procedem a um elucidativo estudo da matéria, examinando diversas interpretações críticas e expondo as teorias de CASSEL e de KEYNES.

Vejamos agora a análise da inflação elaborada por alguns economistas brasileiros, entre eles principalmente LUIZ SOUZA GOMES e DORIVAL TEIXEIRA. Segundo LUIZ SOUZA GOMES, autor de diversas publicações interessantes, entre elas o **Dicionário Econômico e Financeiro** (Rio, 1962), **O que Devemos Conhecer da Economia Política e das Finanças** (Rio, 1961) e **O Que Devemos Conhecer de Moedas, Preços e Bancos** (Rio, sem data, pág. 79), "o termo (inflação) está reservado para classificar um fenômeno mais geral, que tem por características principal a expansão do meio circulante, a qual se faz acumular de outros fenômenos secundários, todos eles conduzindo à desvalorização da moeda, e conseqüentemente à alta desordenada dos preços".

DORIVAL TEIXEIRA VIEIRA é autor de dois livros importantes na caracterização do sistema da moeda nacional, a saber, **Evolução do Sistema Monetário Brasileiro** (São Paulo, 1962) e **O Desenvolvimento Econômico do Brasil e a Inflação** (S. Paulo, 1962), onde, no primeiro dos trabalhos mencionados (pág. 11), assim se expressa: "Por inflação compreendemos a desproporção entre o volume da produção (bens e serviços compreendidos) e o volume dos meios de pagamento empregados nas transações, crescendo êste mais que aquêles; é uma noção dinâmica e relativa pois exige que se fixe um ponto de referência, em um período anterior, no qual ambos os volumes são proporcionais. A deflação é, pois, um ensaio de volta e esta propor-

cionalidade, pela redução do volume dos meios de pagamento. É este o sentido que a maioria dos economistas atuais, tais como KEYNES, ROBERTSON, FISCHER e outros, dão às duas expressões”.

Compreende-se naturalmente que o simples aumento do meio circulante não define a inflação, pois também a população e a produção podem aumentar, mantendo-se a proporcionalidade da moeda para com eles. Somente se a desproporção se efetiva, começa então a inflação, levando a uma demanda maior que a oferta e estimulando a alta dos preços.

Na sua essência, destarte, a inflação é apenas a alta geral dos preços provocada pelo desnível entre a produção relativamente à população do país e o volume dos meios de pagamento.

A alta geral dos preços deve revestir-se de determinados elementos para caracterizar a inflação.

Em primeiro lugar, o aumento do volume monetário é maior que o aumento do volume da produção, que também pode permanecer estacionária ou regredir.

Em segundo lugar, a alta dos preços corresponde a uma autêntica disparidade entre a procura global e a oferta global no mercado. Tal disparidade é chamada de intervalo ou hiato inflacionário. Esta expressão **inflationari gap** ou hiato inflacionário já surge na obra de KEYNES intitulada **How to Pay for the War**. O hiato inflacionário, define GUITTON, corresponde à diferença entre a procura global e a oferta global, à impossibilidade em que se encontra a oferta global de satisfazer a procura global”.

Em terceiro lugar, a alta dos preços não tem em seu processo um freio ou uma possibilidade de ser detida. Tendo antes à aceleração, a alta precoce a alta, daí o risco de se tornar explosiva a inflação, criando graves problemas, para a comunidade. O seu fim natural é a bancarrota, são as falências, é a crise econômica.

II

A INFLAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIOLÓGICO

É um lamentável engano compreender-se a inflação como um exclusivo fenômeno monetário. Ela é, mais do que um fenômeno monetário ou puramente econômico, um complexo fato social ou sócio-cultural. Prende-se a determinadas condições da estrutura da sociedade, da educação e da cultura do povo, do seu desenvolvimento, da sua taxa de aumento da população, das crises políticas, da pressão do comércio internacional, inúmeros são os fatores complexos que condicionam a inflação.

Mesmo inúmeros países progressistas se desenvolveram à custa da inflação, e não obstante a pressão desta. SIMIAND declara em seu estudo **Inflação e Estabilização Alternados (Inflation et Stabilisation Alternées)**: "Os Estados Unidos ainda no tempo em que eles eram uma colônia dependente da coroa inglesa, nasceram, pode-se dizer, e se desenvolveram sob o signo da inflação". Assim também aconteceu com a URSS debaixo do socialismo. Um estudioso nacional, OLIVER ÓNODY, na sua cuidadosa obra **A Inflação Brasileira** (Rio, 1960), faz sugestiva análise do processo inflacionário entre nós, tremendo e profundo, mas o Brasil progride e se desenvolve.

A princípio, os sociólogos não estudavam o problema da inflação. Os tratados e os manuais de sociologia não se referiam ao problema. Nem tão pouco os próprios dicionários sociológicos aludiam à palavra.

Entretanto, especialmente depois da primeira guerra mundial, as ciências sociais não puderam fugir ao debate do tema. É mesmo oportuno salientar que três grandes enciclopédias sociológicas da atualidade, a saber, a *Encyclopaedia of the Social Sciences*, esta publicada em 1935, nos Estados Unidos, bem como o *Staatslexikon (Recht, Wirtschaft, Gesellschaft)* e o *Handwoerterbuch der Sozialwissenschaften*, publicados na Alemanha de 1956 para cá, tem longos verbetes sobre inflação.

É preciso sempre correlacionar o volume do meio circulante com os hábitos do país, a sua população, as distâncias dos grandes centros, o encaixe da moeda, a taxa de aumento da população, a velocidade da circulação da moeda, e tantos outros fatores econômicos, demográficos e sócio-culturais.

No século passado um financista italiano de gabarito, BOCCARDO, afirmava, no livro *O Reordenamento dos Institutos de Emissão (II riordinamento degli istituti di emissione, 1888, pág. 15)*, mostrando que nem toda a moeda emitida está realmente em circulação: "É inútil negá-lo: as doutrinas da escola metálica tinham o vício original de quase todos os teoremas asentados por aquêle grande metafísico da economia política, que foi DAVID RICARDO: serem nãmiamente rígidas e absolutas. Partindo do errôneo suposto de que toda a moeda de um país se ache efetivamente em circulação, OVERSTONE e os seus eminentes adeptos haviam transcurado o influxo moderador, que exerciam os depósitos disponíveis (hards), onde boa parte do capital monetário se recolhe durante os períodos de calma e prosperidade, e dos quais emergem nos momentos de emprêgo mais lucrativo".

Outro autor de renome sobre a matéria é SUMNER em sua *História da Circulação Americana (A History of American Currency, New York, 1884, pág. 221)*, onde

estuda o problema do meio circulante em atenção ao meio social e à densidade de população.

Afirma SUMNER: "A quantidade conveniente da circulação em papel varia, conforme as exigências de cada país quanto ao movimento das permutas. Prefixar o limite, em que se devem considerar legítimas essas exigências, ninguém o poderia. Não há regra, que o determine. Não depende só da população, da riqueza ou da soma das permutas. Não tem relação certa com alguma quantidade conhecida, ou verificável. Um país agrícola necessita de maior quantia, para a mesma população e a mesma riqueza do que um país industrial. Um país de população esparsa necessita de mais, nas mesmas circunstâncias, de que outro, demasiadamente povoado. Um país, onde escasseiam os meios de comunicação, precisa de maior abundância do meio circulante, *ceteris paribus*, do que um país servido em meios de comunicação. Inútil será calculá-lo a tanto por cabeça, ou a tantos por mil de fortuna. Outro elemento, que economiza o uso do meio circulante, são as combinações bancárias e o processo das câmaras de compensação (*clearing houses*), que, como a extensão dos caminhos de ferro e de tôdas as facilidades de transportes, concorrem, para reduzir a necessidade dêsse instrumento de troca".

Leiamos a opinião de outra autoridade sôbre a matéria, DE JOHANNIS no livro *Os Bancos de Emissão e o Crédito na Itália* (*Le Banche di Emissione e il Credito in Italia*, 1888, pág. 100), onde êle pergunta e logo responde: "De que pode depender a quantidade de circulação fiduciária existente num país? A circulação fiduciária tem a sua norma quantitativa na qualidade das permutas, que se realizam; porque o papel fiduciário substitue a moeda, e a quantidade do meio circulante determina-se, ou se trata de moeda metálica, ou de bilhetes de banco, pela quantidade das trocas, dividida pela rapidez com que o meio circulante pode transmitir-se de mão à mão pela perfeição das vias e meios de transporte".

Ora, a circulação fiduciária é tanto mais rápida

quanto menor a superfície habitada e quanto mais densa a população. Destarte, em países pequenos e densamente povoados, como a França em relação ao Brasil, o poder circulante da moeda é muito mais ativo.

Este tema foi também ventilado por alguns políticos e pensadores brasileiros, entre eles destacando-se AFONSO CELSO e RUI BARBOSA.

AFONSO CELSO, em discurso pronunciado no Senado brasileiro do Império (sessão de 20 de junho de 1888), assim se pronunciava:

“... Não só não tomou hábitos, que dispensem grandes massa de numerário, mas temo-los que o exigem em maior quantidade do que em outros países; para o que também concorram as nossas grandes distâncias, a falta de transações comerciais entre as povoações do interior e a disseminação da população.

“Na França e nos Estados Unidos ninguém guarda senão pequenas somas, destinadas às despesas de alguns dias; aqui é o contrário; todos trazem no bôlso, ou conservam na gaveta quantias mais ou menos avultadas, de que não carecem imediatamente. Fazem-no todos, desde as classes mais elevadas até o operário, que põe as suas economias em uma cinta, à espera da oportunidade para sacar uma letra em favor da família ausente.

“Vem isso, em parte, de não existirem entre nós estabelecimentos de crédito, onde se possa com facilidade depositar e retirar quaisquer quantias.

“O resultado é que uma certa massa de dinheiro, que se não pode bem calcular, mas é considerável, fica inerte, retirada da circulação, e a diminuir.

Do mesmo modo se pronunciou o Senador RUI BARBOSA em seu discurso **O Papel e a Baixa do Câmbio**, na sessão de 3 de novembro de 1891, do Senado Brasileiro, cujo texto depois foi publicado na obra **Finanças e Política da República** (Rio, 1892, págs. 1-132) e em suas **Obras Completas** (Rio, 1945, vol. XVIII, 1891, tomo I, pág. 220): “No Brasil somas enormes dormem empoçadas, estagnadas, esquecidas, nas gavetas do habitante das cidades, nas arcas do operá-

rio urbano, nas cintas do trabalhador agrícola, nos cofres dos proprietários rurais, nas botas de sertanejo, nos esconderijos dos pobres e nas secretarias dos ricos, nas casas da população sedentária e nas malas da população flutuante”.

E mais adiante (págs. 223-224): “Nós somos um país quase exclusivamente agrícola; somos um país de população esparsíssima; somos um país atrasadíssimo em meios de transporte; somos um país, onde quantidades incalculáveis do meio circulante se mobilizam em acumulações particulares, e onde o mecanismo usual das permutas, em estado ainda quase rudimentar, põe continuamente em contribuição, o emprêgo material da moeda, real ou representativa”.

De certo, o Brasil de 1964 não é o mesmo de 1888 ou 1892. É um país que se industrializa profundamente. Entretanto, a base da nossa vida é ainda a agricultura tropical, o Brasil é ainda o café, embora o seu futuro esteja na industrialização. Grande percentagem da população brasileira vive nos meios rurais. Sômente nos últimos anos processou-se uma forte tendência à urbanização.

Por isso ainda dominam os hábitos do dinheiro amealhado nas populações rurais, o que diminue efetivamente a circulação monetária.

A quantidade da moeda não é o único fator da inflação, embora de rara importância. Ela deve ser medida em função de outros fatores, como a superfície do país, a grandeza de sua população e a sua densidade, a velocidade de circulação da moeda, os hábitos e costumes do povo, a organização bancária, os meios de transporte, a predominância rural ou urbana da sua civilização, a situação política, as crises e pronunciamentos militares, as verbas orçamentárias, todo um conjunto de fatores que concedem à inflação um conteúdo eminentemente social.

III

AS DIVERSAS TEORIAS SÔBRE A INFLAÇÃO

O fenômeno da inflação sempre teve os seus argutos pesquisadores e diversas interpretações foram desenvolvidas afim de melhor esclarecer a sua temática. O fenômeno, pela sua importância, atemoriza os políticos e desafia a sensibilidade do economista-sociólogo.

A mais antiga teoria da inflação é a teoria quantitativa, explicando a inflação somente à base da quantidade da moeda emitida. JEAN BODIN é um dos defensores da doutrina quantitativa da moeda em sua forma clássica, em sua **Resposta aos Paradoxos do Senhor de Malestroist (Réponse aux Paradoxes de Monsieur de Malestroist, 1568)**, explicando a alta geral dos preços verificada no século XVI pelo grande afluxo dos metais preciosos provenientes das minas descobertas na América. CANTILLON e ADAM SMITH perfilham orientação análoga, bem como MONTESQUIEU no **Espírito das Leis** (livro 22, cap. 8). Os clássicos ingleses pensam semelhantemente.

RICHARDO em sua monografia **Sobre o Alto Preço dos Lingotes** (1811) esclarece que o preço elevado dos lingotes de ouro, a alta geral dos preços e a depreciação das notas do Banco da Inglaterra (com curso forçado desde 1797) se deviam a só um motivo: a superabundância do papel-moeda.

A teoria quantitativa da moeda, em sua forma clássica, explica a inflação por uma única causa: o excesso de papel-moeda emitido. É a teoria clássica da inflação.

Entretanto, houve depois sucessivas reformulações da teoria quantitativa da moeda e, conseqüentemente, da interpretação da inflação. Determinados outros fatores são considerados, como a rapidez de circulação da moeda, e emprêgo, o encaixe, a renda líquida, a renda gasta, a industrialização do ouro, etc.

Assim J. S. MILL em seus **Princípios de Economia Política** (1848) introduz a velocidade da circulação da moeda. IRVING FISCHER em **O Poder de Compra da Moeda** (*The Purchasing Power of Money*) elabora a sua equação explicativa com a moeda escritural e a velocidade de circulação. Há outras variantes, com a introdução de elementos novos, como o de encaixe (WICKSELL) do encaixe desejado (WALRAS), a doutrina da renda líquida (SHOUP, MACK, FRIEDMAN, KEYNES) ou da renda gasta (MARGET), tomando por base tal renda líquida ou renda gasta em vez da massa monetária total.

Surge então a formulação keynesiana da teoria quantitativa. KEYNES adere à concepção de IRVING FISCHER em estudo sobre a obra do mesmo intitulada **O Poder de Compra da Moeda** e publicado no **Jornal Econômico** (*Economic Journal*, 1911, pág. 393), aprovando também as suas conclusões em seu trabalho **Tract on Monetary Reform** (1923). Reformula toda a concepção em seu grande livro **Teoria Geral do Emprêgo, Juro e Moeda** (*General Theory of Employment, Interest and Money*, 1936, cap. XXI), onde esclarece que o nível geral dos preços é determinado pela relação entre as despesas em moeda e o volume dos bens e serviços produzidos. A expressão hiato inflacionário já se encontra nas obras de KEYNES, que elabora a nova formulação da teoria quantitativa no quadro de uma teoria geral da renda.

Com a teoria de KEYNES a inflação deixou de ser um fenômeno exclusivamente monetário, e se elabora

a **teoria conjuntural da inflação**. É outra doutrina importante. Procura-se então conceder uma explicação para a inflação na produção de bens, na sua circulação, no comércio exterior, na distribuição de rendas. São adeptos desta teoria, entre outros: PIATIER, HABERLER, DUPRIEZ e GUITTON, êste chamando a inflação de "acidente de conjuntura".

Importa ainda citar o numeroso grupo dos partidários da teoria do comportamento social, é a chamada **teoria inflacionária de comportamento social**. Entre os seus partidários se mencionam GABILLARD, AUJAC e DUESENBURY. Para os dois primeiros, o ponto crítico da inflação é determinada principalmente pelo comportamento social do ambiente. H. AUJAC na sua concepção, publicada no estudo **A Influência do Comportamento dos Grupos Sociais sobre o Desenvolvimento de uma Inflação (Economie Appliquée**. Paris, julho-dezembro, 1950), adverte que o processo inflacionista resulta da luta de dois grupos: uns, com renda fixa, tentam deter a alta dos preços, enquanto outros a estimulam. J. DUESENBURY em **A Mecânica da Inflação ((The Mechanics of Inflation)**, na *Review of Economics and Statistics*, Cambridge, 1950), fala mesmo da guerra entre êstes dois grupos, que no fundo são os grupos dos **rentistas e especuladores de PARETO**, a que êste alude em seu **Tratado de Sociologia Geral**.

É preciso agora lembrar a teoria marxista da inflação. Para a economia marxista a inflação deve ser considerada sob uma perspectiva tríplice: a depreciação da moeda, a alta geral dos preços e a diminuição do preço real do trabalho. A teoria marxista se baseia assim na teoria do valor-trabalho, vendo como traço fundamental do processo inflacionário a própria redução do poder aquisitivo do trabalho. Destarte, a maneira como os marxistas compreendem a inflação é completamente antagônica às concepções baseadas na teoria da renda, quaisquer que sejam as suas formas (oferta versus procura, demanda global versus oferta global, espiral de preços e salários, etc.). Explica a propósito A. PASSOS GUIMARÃES no ensaio

Inflação e Monopólio no Brasil (Rio, 1963, pág. 63): “Enquanto a teoria da renda e suas variantes estabelecem, falsamente, que o processo inflacionário se inicia no instante em que a renda monetária dos assalariados se eleva, havendo um excesso de demanda sobre a oferta dos produtos, a teoria marxista estabelece que o processo inflacionário começa, verdadeiramente, quando a renda dos assalariados se reduz pela depreciação da moeda”.

Dai justamente a discrepância entre MARX e KEYNES, salientada ultimamente por JOHN EATON no livro **Marx contra Keynes** (pág. 117): “A economia keynesiana poderia ser descrita como a economia vulgar do capital monopolista em crise e em decadência”.

Para a economia marxista, a inflação é um fenômeno de natureza monetária, é a perda do poder aquisitivo da moeda, mas dependente da estrutura geral da economia e da sociedade. Adverte CARLOS MARX em sua **Contribuição à Crítica da Economia Política**: “Tratando-se de papel-moeda de curso forçado, ninguém pode impedir o Estado de pôr em circulação um número qualquer de cédulas e dar a essas cédulas nomes monetários arbitrários: 1 libra esterlina, 5 libras, 20 libras, etc”. “Mas este poder do Estado é apenas aparente. Ele pode à vontade jogar na circulação uma quantidade qualquer de cédulas com nomes arbitrários; mas seu controle não ultrapassa esse ato mecânico. Dominado pela circulação, o signo do valor, o papel-moeda, sofre suas leis imanentes”. Veja-se também a propósito o ensaio de MARX sobre **Salário, Preços e Lucros** (in **Obras Escolhidas de MARX e ENGELS**, Rio, 1961, 3 vols., II, págs. 333-378).

Importa agora assinalar duas novas concepções sobre a inflação, que no fundo são anti-quantitativistas. São elas as de NOGARO e de AFTALION.

NOGARO em seu estudo **A Moeda e os Fenômenos Monetários Contemporâneos** (*La Monnaie et les phénomènes monétaires contemporaines*, 1948, 2.^a edição, pág. 273) comenta a relação entre o crescimento da produção de ouro no século XIX e a alta verificada

nos preços. Pretende que a alta dos preços na França, especialmente dos produtos alimentícios, em 1852 a 1854, provem das más colheitas. Quanto ao ouro, diz que "o crescimento da quantidade de ouro, na França, não se manifestou absolutamente antes de 1853, foi bastante lento até 1857, e só em 1859 tomou amplitude; mas, a partir dêste momento, o estoque de ouro cunhado não cessa de aumentar rapidamente, enquanto se processa uma baixa de preços, até se colocar entre 1860 e 1873 num patamar, depois de algumas oscilações". Segundo NOGARO, a teoria quantitativa da moeda e da inflação menospreza os fenômenos da estocagem e do entesouramento.

Outra contribuição séria é a de A. AFTALION, em seu profundo livro **Moeda, Preço e Câmbio (Monnaie, Prix et Change, 1940)**, reputando a teoria quantitativa da moeda como parcial e mecânica, e a substituindo por uma teoria complexa e psicológica da inflação e da moeda.

A sua afirmativa básica é de que os instrumentos monetários são "serventes dos preços e não seus senhores absolutos" (pág. 167), conforme induz das experiências monetárias sucessivas a 1918 em diversos países europeus.

Por exemplo, na Tcheco-eslováquia, entre maio de 1922 e dezembro de 1923, os preços caem sem que a circulação diminua sensivelmente; houve uma diminuição de 33% sobre os preços, 4,1% da circulação e 34% sobre o dólar.

Na França, entre 1922 e 1924, houve a seguinte ordem de sucessão: 1.º o câmbio; 2.º os preços; 3.º a velocidade da circulação; 4.º o montante da circulação.

Na Alemanha social-weimariana, de maio de 1921 a fevereiro de 1923, os preços sobem de 1 a 430, a circulação de 1 a 44, mas o câmbio de 1 a 474. Ainda na Alemanha, entre fevereiro de 1923 e abril de 1923, a circulação dobra, mas os preços e o câmbio descem um pouco. Logo que o dólar sobe, os preços ascendem.

Nestes exemplos AFTALION induz a hegemonia do câmbio. Mas as flutuações dos preços, a sua alta ou

a sua baixa, dependem ainda de outros fatores qualitativos, segundo AFTALION e não indicados pela teoria quantitativa da moeda e da inflação.

Ao lado dos fatores monetários sugeridos pela teoria quantitativa, êle aponta ainda outros de relêvo, a saber; 1.º) as variações das rendas, decorrentes não só das variações da quantidade de moeda, mas ainda do câmbio, dos preços exteriores, das colheitas, das invenções técnicas; 2.º fatores psicológicos, constantes das apreciações subjetivas das pessoas, opinião pública, atuando sôbre as variações dos preços.

Tais são, ligeiramente esquematizadas, as mais importantes teorias da inflação pensadas pela ciência do ocidente, para apreciação do grave problema.

IV

A INFLAÇÃO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

A concepção predominante da inflação, que no fundo é a reformulação da teoria keynesiana, necessita de ser complementada para a sua integração nos países sub-desenvolvidos. Os modelos econômicos dos países industriais e desenvolvidos da Europa ou dos Estados Unidos não se aplicam integralmente no ciclo dos países agrícolas e sub-desenvolvidos.

F. PERROUX o demonstrou à sociedade. Ainda recentemente o mesmo pensamento é formulado por R. BARRE em seu **Manual de Economia Política** (III, pág. 377): “O melhor exemplo deste fato nos é fornecido pelos países subdesenvolvidos, a propósito dos quais F. PERROUX demonstrou em várias ocasiões a impossibilidade de aplicar os modos de pensamento e de ação keynesianos”.

Sobre o problema há os brilhantes ensaios de F. PERROUX intitulados **A Ordenação de J. M. KEYNES e os países subdesenvolvidos** (*L'ordonnance de J. M. Keynes et les pays sous-développés* no **Bulletin de l'Union des Exploitations Électriques** en Belgique, julho, 1953) e **Níveis de desenvolvimento e políticas de crescimento** (I.S.E.A., Cahiers, série F, fasc. 1), com

o título em francês de *Niveaux de développement et politiques de croissance*:

Outros estudos elucidativos constam das contribuições de OKYAR OSMAN em *A Teoria Keynesiana e a Economia Subdesenvolvida (La Théorie Keynésienne et l'économie sous-développée, Economie appliquée*, Arquivos de I.S.E.A., janeiro-março, 1951 e de V. K. V. RAO em *Investimento, Renda e o Multiplicador numa Economia Subdesenvolvida (Investment, Income and the Multiplier in an Underdeveloped Economy, in The Indian Economic Review*, fev. 1952).

De fato, tornar-se-ia bastante difícil falar com procedência de despesa monetária global em países subdesenvolvidos e agrícolas com grande economia de auto-consumo do camponês, com insuficiente sistema bancário, com economias estanques, com mercado monetário inexistente ou precário, com o sistema econômico animado pelo capital estrangeiro.

O efeito da multiplicação de uma despesa monetária inicial não pode ser nem analisado, eis que a sua propagação é irrisória, eis que as despesas fogem para o pagamento das dívidas com seus juros extorsivos, como nos casos de endividamento camponês crônico (Índia e Egito).

De outro lado, o crescimento da renda real nos chamados países subdesenvolvidos se encontra bloqueado em determinados pontos de estrangulamento. A infra-estrutura econômica é insuficientemente desenvolvida. O trabalho não é suficientemente qualificado. O fenômeno do desemprego tem outra estrutura, não está ligado à baixa conjuntural da procura, mas a fatores estruturais, provenientes da mão-de-obra abundante em países agrícolas de baixo nível técnico.

Daí resulta uma consequência insofismável: é sempre precária a aplicação de um modelo econômico uniforme trasladado de uma economia desenvolvida para uma economia sub-desenvolvida.

Muitas vezes os estadistas e políticos da América Latina recorrem a técnicos estrangeiros para apontar os caminhos da restauração das suas finanças e da sua

economia pública. Tais técnicos vem de certo animados dos melhores propósitos, mas os seus esquemas teóricos falham lamentavelmente e provocam crises ainda mais graves.

Sobretudo porque lhes falta o conhecimento da realidade dos países sub-desenvolvidos. O modelo de aplicação prevista, possivelmente vantajoso em seus países, não pode ser recebido pela estrutura dos países subdesenvolvidos, que é inteiramente outra.

V

A CONTRIBUIÇÃO LATINO-AMERICANA À TEORIA DA INFLAÇÃO

As teses ortodoxas da teoria da renda foram admitidas pelo **Fundo Monetário Internacional** como teses de absoluta validade e rigidez, aplicáveis tanto aos países desenvolvidos como aos países subdesenvolvidos. Procurava-se com o modelo keynesiano resolver as crises crônicas de estrutura do mundo latino-americano.

Medidas de estabilização foram aconselhadas pelo F.M.I. e de início aplicadas à República do Chile. Em agosto de 1950 o prof. BERSTEIN esteve no aludido país chefiando uma missão do F.M.I., prescrevendo-lhe certas medidas também posteriormente aconselhadas pela missão KLEIN & SACKS em 1954.

Tanto a missão do F.M.I. como a missão KLEIN & SACKS também estiveram no Brasil, posteriormente, aconselhando medidas salvadoras, delas resultando o **Programa de Estabilização Monetária** do Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK, quando Ministro da Fazenda o Sr. LUCAS LOPES. A solução foi um mixto ou um combinado da teoria da renda com a teoria quantitativa, propugnando ainda a contenção salarial. O Sr. BERSTEIN escreve um trabalho confidencial sô-

bre **Inflação no Brasil (Inflation in Brazil, 1940-1950)**, não publicado oficialmente, e do qual dá notícia o Ministro OSVALDO ARANHA na obra **Política Econômica** (1954, pág. 85).

Qual o resultado da aplicação de tal medicina no Chile? No período de 1937 a 1956, o Chile ocupou o terceiro lugar na América Latina em matéria de elevação de custo de vida e o Brasil o quarto lugar, segundo se lê de OLIVER ÓNODY (pág. 48), pois, medido pelo índice 100, houve a seguinte elevação do custo de vida nos mencionados países:

	1937	1956
1. Bolívia	100	27.820
2. Paraguai	100	8.655
3. Chile	100	5.356
4. Brasil	100	1.291

Partiu então do Chile a primeira crítica contra as teses ortodoxas do F.M.I., por intermédio da teoria estruturalista, correlacionando os fenômenos inflacionários à própria estrutura dos países subdesenvolvidos. Esta estrutura social e econômica seria no fundo a principal responsável pela inflação.

RAUL PREBISCH se coloca dentro da orientação do estruturalismo e assim se manifesta no estudo **O Falso Dilema entre Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Monetária** (no **Boletim Econômica da América Latina**, março de 1961):

“A tese tão corrente de que a inflação só é devida à desordem financeira e à incontinência monetária dos países latino-americanos é inaceitável para nós. Não porque neguemos essas notórias perturbações, mas porque existem fatores estruturais muito poderosos que levam à inflação e contra os quais se torna impotente a política monetária. Este é o primeiro fato. O segundo é a posição crítica que assumimos em face de certas medidas de estabilização monetária. Todos concordamos em que há de fazer um supremo esforço para freiar a inflação e conseguir a estabilidade sobre bases

firmes, mas nos inspira profunda preocupação conseguiu-lo às custas do declínio da renda global, de seu estancamento ou do enfraquecimento do seu ritmo de desenvolvimento”.

A teoria estruturalista da inflação é aperfeiçoada por um ilustre economista brasileiro, J. P. ALMEIDA MAGALHÃES, autor de importantes trabalhos sobre economia política e diretor de uma consagrada revista intitulada *Desenvolvimento & Conjuntura*. J. P. ALMEIDA MAGALHÃES escreve o seguinte em seu ensaio *Análise da Teoria Estruturalista da Inflação* (in *Desenvolvimento & Conjuntura*, dezembro de 1961): “A conclusão principal é de que a aplicação pura e simples, nos países da área, ou nos subdesenvolvidos em geral, de uma política monetária ortodoxa (do tipo frequentemente patrocinado pelo Fundo Monetário Internacional) põe em risco o desenvolvimento econômico. Nessa análise leva-nos mesmo ao ponto de acreditar que um certo “sôpro inflacionário” é condição necessária de um intenso dinamismo. Quanto às contribuições brasileira e chilena, conclui-se que a primeira apresenta um caráter mais sistemático e procura entrosar-se na moderna teoria dinâmica. Os economistas chilenos, de sua parte, aprofundaram as observações concretas, sem chegar, contudo, a uma verdadeira teorização. Assim, a chamada “teoria” estruturalista serve mais para designar um movimento de idéias do que para individualizar um certo tipo de aparelho de análise”.

Mas o que significa o sôpro inflacionário? O mesmo economista responde: “Essa idéia é veiculada, frequentemente, sob a forma da tese de que, em países subdesenvolvido, um aumento anual de preços de 5% não é inflação”. Daí a marcha para uma “política de desenvolvimento com estabilidade”, que seria aconselhável para o Brasil.

Mas o que significa o sôpro inflacionário? O mesmo economista responde: “Essa idéia é veiculada, frequentemente, sob a forma da tese de que, em países subdesenvolvidos, um aumento anual de preços de 5% não é inflação”. Daí a marcha para uma “política de de-

envolvimento com estabilidade”, que seria aconselhável para o Brasil.

Esta teoria estruturalista tem também abono de outro profundo economista brasileiro, que publicou o seu livro **Evolução do Sistema Monetário Brasileiro** (São Paulo, 1962, págs. 36-337), observando na evolução de tal sistema, duas tendências persistentes, características e típicas: a desmaterialização crescente da moeda (com a implantação de curso forçado e a inconveniência prática desde o fechamento dos bancos emissores em 1864), e em segundo lugar um constante e progressivo aumento do volume das notas em circulação.

Daí a sua conclusão básica, que no fundo é estruturalista:

“Esta instabilidade, característica da situação legal do Sistema Monetário Brasileiro, a persistência do curso forçado e do aumento constante da emissão, que traduzem sua situação de fato, são frutos da própria evolução da economia brasileira, as moedas refletem sempre a vida econômica a que servem. Nossa estrutura econômica frágil, muito sensível às variações do mercado internacional, a situação de monocultura, em que o Brasil se colocou, tornou-o extremamente dependente das economias alienígenas. A vida econômica do Brasil, em consequência, caracterizou-se por bruscas oscilações e, como sua causa nem sempre é percebida, busca-se na moeda a explicação e o remédio para as mesmas.

“Qualquer reforma do Sistema Monetário Brasileiro, alterando-lhe as características, determinando-lhe mudança na tendência evolutiva, só logrará êxito, se atender às causas determinantes de seus caracteres. Isto equivale a se dizer que toda e qualquer iniciativa no campo monetário deve ser precedida de atuação sobre a estrutura econômica do Brasil, no sentido de alterá-la; muito embora se conserve uma atividade econômica condutora, não deve ela ser transformada em atividade única e absorvente das demais. Só a organização de uma economia complexa, que permita o flo-

rescimento duma indústria real e não artificial, consentânea com os recursos do país, ao lado duma agricultura polimorfa, sem prejuízo da base agrícola já existente, poderão constituir os alicerces de um sistema monetário solidamente organizado.

Teoria mais avançada no plano ideológico é a de A. PASSOS GUIMARÃES, de um estruturalismo de conteúdo marxista. Combate ardorosamente a teoria da renda, afirmando que a teoria da renda nos países subdesenvolvidos, é ampliada com dois elementos novos: os fatores inflacionários seriam o aumento de salários e também os aumentos de investimentos. Os últimos, na prática, paralisariam o desenvolvimento industrial e econômico.

Salienta o autor brasileiro a divergência entre a teoria marxista e a teoria da renda, nos seguintes termos:

“Essa oposição entre a teoria marxista e a “teoria da renda” não é uma simples divergência teórica, mas o reflexo de uma posição social antagônica. A “teoria da renda” tem um caráter restrito de classe, pois se coloca do ponto de vista das classes exploradoras, enquanto que a teoria marxista da inflação se coloca do ponto de vista dos interesses das massas exploradas, que representam a maioria da população”.

Prossegue êle: “Entretanto, não é, apenas, o seu caráter de classe que invalida a “teoria da renda” e suas variantes, mas sua falta de conteúdo científico e sua falta de conteúdo humano. A principal função “prática” dessa teoria é preparar psicologicamente as massas consumidoras, isto é, a maioria do povo para que aceitem voluntária e passivamente, o sacrifício de reduzir ainda mais o seu consumo, para que renunciem aos reajustamentos salariais e a quaisquer novas melhorias em seus vencimentos, a fim de que os preços sejam contidos no alto nível em que se encontram. A “Teoria da renda” é, portanto, uma teoria desumana, uma vez que pretende enfrentar a inflação exigindo maiores sacrifícios exatamente daquela parte da popu-

lução que vem sendo a mais sacrificada com o processo inflacionário.

“Em sua aplicação nos países subdesenvolvidos e dependentes, a “teoria da renda” se amplia com a incorporação de um novo elemento: os fatores das tensões inflacionárias seriam, supostamente, não só os aumentos de salários, como também os aumentos de investimentos. Isso significa que, nos países subdesenvolvidos, a “teoria da renda” não se satisfaz com o jejum de assalariados, pois convida à abstinência forçada, em nome dos monopólios internacionais, também os capitalistas nativos dêsses países”.

Conclui enfim:

“Nossa superestrutura inflacionista é uma expressão de nosso atraso e da nossa pobreza, um reflexo de nossa estrutura econômica caduca. Os apelos desmedidos ao papel-moeda e ao crédito inflacionados exprimem a contradição entre as exigências históricas de expansão das forças produtivas e as barreiras ao progresso erguidos pela anacrônica estrutura de nossa economia. O capital que não se multiplicou por causa das limitações ao desenvolvimento econômico, a renda que não se acumulou por causa da espoliação dos trustes estrangeiros são “substituídos” artificialmente por injeções de moeda e crédito, o que significa cobrar dos trabalhadores e do povo os tributos exigidos pelo saque dos monopólios.

“As causas verdadeiras e profundas da inflação brasileira não residem apenas na “estroinice” dos governos, na desordem administrativa, nos gastos excessivos com pessoal ou simplesmente nos deficits orçamentários, como afirmam os quantitativos “puros”, os quais reduzem o problema a um desequilíbrio contábil, ao jôgo descontrolado dos débitos e créditos das finanças do Estado.

“Para localizar tais causas não nos podem socorrer, nem as teorias quantitativas nem as diversas modalidades da “teoria da renda” que se situam dentro dos estreitos marcos das variações da oferta e da procura, da “demanda global” e da “oferta global”, pois

não tem sentido nem ligação com a nossa realidade buscar explicações para o processo inflacionário no crescimento da “demanda”, da “renda” e dos salários onde o subdesenvolvimento é a característica principal da economia. Como podem os adeptos de tais “teorias” ignorar que os problemas da sociedade brasileira — entre eles o da inflação permanente — muito pelo contrário, se originam da escassez da renda social, da oferta e da produção? E se não ignoram tal verdade, como podem admitir que o processo inflacionário brasileiro se origina de um “excesso” da renda, da demanda ou dos salários sobre a oferta”. Insistir nisso é não só um atentado à lógica como um escárneo à história. Ficar prêso a tal indigência teórica significa, na prática, servir, consciente ou inconscientemente, aos grupos econômicos interessados em torcer os fatos, para os quais a revelação da verdade significará, mais cedo ou mais tarde, a destruição de rendosos privilégios”.

A principal conclusão a que se chega, com a doutrina brasileira da inflação, é de que esta se prende a fatores sócio-econômicos, da estrutura social, econômica e cultural. Uma complexa teoria psicológica e socio-cultural é que teria validade de explicação dos grandes surtos inflacionários no Brasil e na América Latina.

VI

OS TIPOS E FORMAS DA INFLAÇÃO

A inflação não se apresenta com um tipo uniforme e único na história. Ao contrário, assume diversas formas e variedades, caracterizando-se sempre pela alta dos preços e perda do poder aquisitivo da moeda. Seria assim interessante elucidar as diversas maneiras pelas quais o fenômeno se apresenta diante dos olhos do historiador e analista.

Segundo GUITTON em sua **Economia Política**, há três graus de inflação, que assinalam suas formas: a inflação ligeira, a inflação ordinária ou moderada e a hiperinflação ou inflação galopante.

RAIMUNDO BARRE em seu **Manual de Economia Política** esquematiza as seguintes formas de inflação: de acôrdo com a sua origem, ela pode ser inflação por excesso de procura, inflação por alta de custos e inflação induzida pela estrutura dos preços; de acôrdo com o seu caráter ela é uma inflação acidental, inflação conjuntural e inflação estrutural.

JOAN ROBINSON contradistingue: inflação produtiva, inflação conjuntural e inflação histórica.

HACKET alude a três tipos de inflação: inflação estrutural, inflação cíclica e inflação acidental.

R. PREBISCH fala de três tipos de inflação: in-

flação de custos e de preços, inflações tradicionais, inflação de investimentos.

BURNS relembra a existência de duas formas de inflação: inflação excessiva, com resultados negativos para a economia e inflação moderada, que contribui para o desenvolvimento econômico do país.

FROSTMANN enumera as seguintes formas de inflação: inflação virulenta e inflação não-virulenta (excessiva ou moderada).

BAUDIN classifica as modalidades abaixo: inflação de moeda, inflação dos preços, inflação de metais preciosos, inflação de papel, inflação de crédito.

FAIN fala das seguintes formas: inflação produtiva, inflação especulativa, inflação salarial e inflação fiscal.

OLIVER ÓNODY menciona as formas de inflação caracterizadas abaixo: inflação latente, inflação reprimida (*inflation refoulée, contenue, repressed, zurueckgestaute, vissuzatartott*), inflação crônica, inflação aberta (*aigue, déclarée, ouverte, open, advanced*), inflação falsa, hiperinflação (*runaway, extrema, galopante*), inflação sectorial e inflações especiais.

Seria agora interessante proceder a uma análise de profundidade, esquematizando as diversas formas de inflação, dentro de uma orientação sistemática. Distinguímos então as seguintes formas de inflação: I — **De acordo com a sua intensidade:** a) inflação ligeira, inflação moderada e inflação galopante; II — **Segundo a sua origem:** inflação por excesso de procura, inflação por alta de custos, inflação induzida pela estrutura dos preços, inflação provocada por um acontecimento determinado (guerra, revolução, pronunciamentos militares, inundação, más colheitas, etc.); III — **De conformidade com o seu caráter:** inflação accidental, inflação conjuntural e inflação estrutural; IV — **Conforme os seus resultados econômicos:** inflação produtiva, inflação especulativa.

Senão vejamos.

I — A inflação de acordo com a sua intensidade. — Segundo a sua intensidade, podem distinguir-se três

graus de inflação, a inflação ligeira, a inflação ordinária ou moderada e a hiper-inflação ou inflação galopante. A inflação ligeira se realiza quando a alta dos preços oscila entre 20% a 30%, como ocorreu nos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial com sua inflação-ouro e na Grã-Bretanha com a sua inflação de crédito. Já a inflação ordinária ou moderada permite um aumento mais exagerado dos preços. GUITTON dá os seguintes exemplos: em 1951 os preços franceses estão multiplicados por 27 em relação a 1938, enquanto que ditos preços estão multiplicados por 8 no mesmo país em 1926 com relação a 1914. Enfim o oerradeiro grau de intensidade da inflação é a inflação galopante ou hiper-inflação, onde os preços atingem um valor astronômico: como exemplo disso está o caso da Alemanha durante os anos posteriores à Primeira Guerra Mundial, quando a circulação monetária atingiu a 633 trilhões de marcos aos fins de 1923, sendo que a nota de um bilhão de marcos servia para comprar apenas uma caixa de fósforo. Inflação semelhante sofreu a China de CHIANG KAY-SHEK, com uma astronômica alta de preços.

II — A inflação de acôrdo com a sua origem. — De conformidade com a sua origem a inflação pode apresentar-se de diversas maneiras. Entre outras, distinguem-se principalmente a inflação provocada por excesso de procura, a inflação por alta de custo, a inflação proveniente pela estrutura dos preços, a inflação induzida por um acontecimento social, político, ou físico determinado (guerra, revolução, pronunciamentos militares, inundações, más colheitas, crises políticas sucessivas, deficits orçamentários, etc.).

A inflação proveniente do excesso de procura é aquela na qual a demanda de bens e serviços não corresponde à capacidade de produção da economia considerada, daí resultando a alta de preços, lucros e salários.

A inflação provocada pela alta de custos é aquela em que a alta dos preços provém das altas dos diversos elementos integrantes dos custos da produção.

Por exemplo, segundo J. C. R. DOW (*Oxford Economic Papers*, out., 1956, pág. 252), a alta dos custos das matérias primas ou dos produtos importados, alterou o curso dos preços depois da Segunda Guerra Mundial. A alta dos salários também pode proporcionar tal ambiente, pois disse BARRE, na França em 1956, por causa da convocação dos jovens para a guerra argelina, houve alta de salários por motivos do excesso de procura de mão de obra sobre a oferta disponível da dita mão de obra.

A inflação também pode resultar da própria estrutura dos preços, eis que a alta dos preços resulta da maneira de formação dos preços agrícolas, dos preços industriais e dos preços a varejo. Salienta BARRE: "Os preços agrícolas são sempre preços políticos, fixados anualmente em decorrência da pressão dos grupos e dos interesses mais do que em função do progresso dos mercados a curto ou a longo prazo. Os preços industriais são em amplos setores preços "administrados", que mais se impõem aos consumidores do que sofrem a reação da procura. Os preços a varejo dependem do volume e da estrutura da aparelhagem de distribuição. Em todos êsses casos, altas "autônomas" de preços podem produzir-se e repercutir-se no conjunto do sistema dos preços. Encontramos na França o exemplo mais significativo disto".

Há ainda os casos de inflação por determinado acontecimento social ou geográfico. Guerras, revoluções, pronunciamentos militares, más colheitas, inundações, epidemias, tudo isso pode alterar o nível geral dos preços, e dispará-los para a alta.

III — A inflação segundo o seu caráter. — De conformidade com o seu caráter, a inflação pode ser acidental, conjuntural e estrutural.

A inflação acidental não tem grande significado e pode dissolver-se rapidamente em um bom sistema econômico. A inflação conjuntural prende-se à expansão econômica em ciclos, permitindo a prazo uma elevação do produto real, num mecanismo compensatório do desajustamento momentâneo entre renda e produ-

to. A inflação estrutural, conforme a expressão de F. PERROUX, é provocada por determinados fatores e circunstâncias lentamente modificáveis (estrutura demográfica) ou por fatores institucionais (políticos e econômicos), induzindo inadaptações patológicas e permanentes entre os fluxos dos bens e serviços e os fluxos monetários. Esta inflação estrutural é típica do Brasil e dos países latino-americanos.

IV — A inflação segundo os seus resultados econômicos. — No tocante aos seus resultados econômicos, a inflação pode ser uma inflação produtiva e uma inflação especulativa (ou espoliadora).

A inflação produtiva, segundo KEYNES, é de certo modo útil à economia nacional, porque permite um investimento prévio depois compensado pelo aumento dos produtos. Esta inflação produtiva moderada apresenta as seguintes vantagens: estimula o desenvolvimento econômico, ajuda os devedores a reembolsarem o empréstimos e os juros, poderá canalizar a renda em fluxos razoáveis para os empresários, suaviza as crises econômicas, facilita os investimentos.

Já a sua antítese é a inflação especulativa, dando margem a uma autêntica luta entre dois grupos, os interessados na manutenção do processo inflacionista, que com ele lucram, especialmente os magnatas, e os interessados na diminuição do processo inflacionário, especialmente os pobres e os assalariados.

Tais são as principais variedades da inflação que não tem uma só forma, antes assume diversas variantes, que permitem ao analista e economista-sociólogo o seu enfoque e visão mais objetivos.

VII

AS CONSEQUÊNCIAS DA INFLAÇÃO

As consequências da inflação são inúmeras. O seu efeito é não só econômico e financeiro, mas se traduz mais longo ainda em um fator de intranquilidade política e social. Chega mesmo a gerar um clima subversivo e de intranquilidade social.

HITLER subiu ao poder como um graveto na onda histórica da inflação da democracia social-weimariana. FRANCO e MUSSOLINI subiram nas ondas revoltosas da inflação. O socialismo marxista chinês alcandorou-se em suas alturas vitoriosas depois de uma tremenda inflação provocada pela guerra civil e pela invasão japonesa.

A inflação é um mal monetário por excelência, diz GUITTON. Modifica as estruturas sociais e econômicas, contudo apresenta vantagens para determinados grupos e pessoas em um determinado momento.

Em primeiro lugar a inflação acelera os gastos da pessoa e diminui a propensão ao encaixe da moeda. Todos têm pressa em gastar o dinheiro, para que êle não se desvalorize. Sòmente os mais ignorantes buscam o encaixe da moeda, que perde aos poucos o seu valor e o seu poder aquisitivo.

Em segundo lugar, a inflação enfraquece os mais fracos, os assalariados, os trabalhadores, os funcionários públicos, os rentistas, os rentistas, exceto se os seus salários, vencimentos e rendas sejam atualizados. Mas isto nem sempre acontece, nem também se expressa uma tendência real para uma correspondência adequada para a dita atualização.

Em terceiro lugar, a inflação fortalece os fortes, os empreendedores. Os fortes porque o valor dos seus bens e do seu patrimônio aumenta. Assim também os empreendedores, que olham o futuro, que tomam empréstimos para realizar os seus objetivos, os devedores. Si um devedor toma emprestado 10 milhões de cruzeiros, para pagá-los com o mesmo valor aparente, mas si os preços sobem ao dôbro em cada ano, os devedores argutos ganham a diferença.

Após a I Guerra Mundial, o Conselho Econômico da Alemanha reuniu-se para estudar o problema da inflação e chegou à conclusão de que uma parte da indústria pesada e vários setores da agricultura não desejavam a estabilização monetária, pelas seguintes razões prováveis: a) na inflação sobem inicialmente os preços das manufaturas e dos equipamentos e só depois os salários, e esta decalagem permite lucros aos produtores; b) diversos elementos do custo de produção perdem o valor, como o transporte.

Quais as pessoas mais prejudicadas com a inflação?

Geralmente é a classe média, são as pessoas que poupam moeda e a enxaixam nos bancos ou empréstimos a baixos juros, os operários, os pensionistas, os portadores de títulos com dividendos invariáveis e fixos, os rentistas de renda fixa como os donos de imóveis com aluguéis congelados, os funcionários públicos, os aposentados, os que geralmente vivem de rendimentos.

Quais as pessoas que se beneficiam com a inflação?

As pessoas que se beneficiam com a inflação são os industriais, comerciantes, empresários e especuladores.

Quanto aos agricultores, êles se situam a princípio entre os beneficiários da inflação, especialmente na sua qualidade de devedores, fazendeiros e meeiros. Mas si o processo da inflação se torna exagerado, os preços industriais sobem mais que os preços agrícolas e os agricultores podem eventualmente tornar-se vítimas.

Às vezes os agricultores e industriais que negociam com produtos tabelados ou congelados, tendem a tornar-se vítimas da inflação. Em 1912, por exemplo, um quilo de açúcar custava no Rio de Janeiro (hoje Estado da Guanabara), Cr\$ 0,73 e um quilo de feijão Cr\$ 0,66, isto é, o açúcar era mais caro que o feijão. Em 1961, o preço do açúcar (por quilo) era de Cr\$ 25,00 e o do feijão era de Cr\$ 42,40.

O feijão passou assim a custar o dôbro do açúcar. Daí a grita insistente dos produtores de açúcar para a elevação do preço, afim de terem mais lucros do que os produtores do feijão, ou manterem pelo menos a paridade de preços.

Quanto aos operários, êles podem resistir com mais eficácia ao processo inflacionista, quando organizados em sindicatos, que obtêm novos níveis de salários para a sua atualização com os níveis dos preços.

BRESCIANI-TURRONI na obra **Economia da Inflação (Economics of Inflation, Londres, 1937)**, mostra determinados fenômenos característicos da hiper-inflação: a) o receio e a fuga perante a moeda, porque esta perde a sua função de reserva de valor; os encaixes tendem a diminuir, pois as pessoas passam a comprar mercadoria, bens, ouro e divisas estrangeiras: b) a moeda perde a sua substância e o seu poder aquisitivo: c) há uma deslocação dos mercados nacionais e da estrutura dos preços internos, pois os preços se adaptam ao curso do câmbio estrangeiro e mesmo se elevam mais depressa do que êste.

OLIVER ÓNODY, em interessante estudo sôbre **A Inflação Brasileira (Rio, 1960)**, estuda e analisa com sensibilidade os principais efeitos econômicos e sociais da inflação, aplicáveis ao mundo e ao Brasil, em apreciação cuidadosa da matéria.

VIII

PEQUENA HISTÓRIA DA INFLAÇÃO NA ANTIGUIDADE

A inflação é um fenômeno histórico. Não é só um fato social, é uma categoria histórica, que se repete desde longa data. RICARDO GAETTENS, professor da Universidade de Heidelberg, em seu livro **Inflação, o drama da desvalorização da moeda desde a Antiguidade aos nossos dias** (Barcelona, 1957), procede a um lúcido estudo sobre a inflação a partir de remotas eras antigas.

BOULDING, no livro **Análise Econômica**, diz o seguinte: "Quando o dinheiro de um país começou a ter nome e a ser de sua propriedade, o soberano adquiriu poderes para depreciar a moeda. Este é o precedente mais antigo de nossa moderna inflação".

A inflação existiu na antiguidade. SOLON em Atenas, no século VI a.C. foi responsável por uma das primeiras inflações, talvez a primeira que a história registra. No Egito antigo, o processo da inflação foi atuante; entre 300 e 289 a.C., o preço do camelo subiu de 600 para 24.750 dracmas.

ALEXANDRE, o Grande, foi outra figura responsável pela inflação no oriente médio, levando à circu-

lação uma nunca vista quantidade de moedas de ouro. ALEXANDRE capturara uma enorme quantidade de ouro em Susa e Persépolis, era a reserva de ouro do Grande Rei (DARIO), do valor de 180.000 talentos, equivalente a 1 bilhão e oitenta milhões de dracmas de prata ateniense. Segundo salienta A. R. BURN em sua biografia *Alexandre e o Império Helênico* (Rio, 1963, pág. 26), “a distribuição que fez ALEXANDRE de tal dinheiro, em recompensa aos comandantes e salários aos soldados, provocou uma espécie de inflação, com formidáveis repercussões sociais no mundo grego”. Para efeito de esclarecimento, informa-se que cada talento correspondia a 6.000 dracmas, e que um dracma era o salário diário máximo habitual de um soldado valiosamente preparado ou de um trabalhador qualificado.

Na Roma antiga houve também sucessivas e constantes desvalorizações monetárias. GAETTENS as estudou em sua obra sobre *Inflação*, citando-se entre outras a inflação durante a época de AUGUSTO.

Mesmo antes já a inflação vinha atuando na economia romana. Quando APPIUS CLAUDIUS, em 140 a.C., conquistou as minas de ouro de Victumulae, só este fato teve repercussão profunda na economia romana. As guerras púnicas e a derrota de ANIBAL aceleraram tal movimentação de forças econômicas.

Para efeito de conhecimento, poder-se-ia calcular a desvalorização da moeda segundo os soldos dos legionários: 225 denários entre 27 a.C. — 14 a.C.; 375 denários durante os anos 176-192; 750 denários durante os anos de 198-217. Vê-se a progressiva desvalorização do dinheiro ou do denário. O denário ou *denarius* era uma antiga moeda romana, de pouco valor. De acordo com GAETTENS, o poder aquisitivo do *denarius* montava a 0,70 marcos-ouro aproximadamente.

Na Roma antiga, o quadro abaixo demonstra o aviltamento da moeda, com o aumento nominal do valor dos *denarius* e a correspondente diminuição do conteúdo do metal precioso:

Augusto	97 %
Nero	90 %
Trajano	85 %
Marco Aurélio	75 %
Septinio Severo	50 %
Trajano Décio	40 %
Galeno	20 %
Aureliano	2 %

Basta relembrar que 40 mil moedeiros trabalhavam em Roma no ano de 273.

Vê-se assim que o fenômeno da inflação não é característico do mundo moderno. A palavra inflação, esta sim, é que penetrou na terminologia das ciências sociais do século XX, a título definitivo. Mas o fenômeno histórico da inflação é bem anterior e remonta à antiguidade.

Destarte, ao sociólogo e ao economista interessa conhecer o próprio drama da desvalorização da moeda, que se processou na antiguidade e que prosseguiu, em épocas posteriores, especialmente depois da Renascença.

I X

A INFLAÇÃO DA RENASCENÇA AOS NOSSOS DIAS

O século XVI assinala nova etapa na evolução humana. As descobertas marítimas permitidas pela técnica da engenharia naval abrem um novo mundo de riquezas incalculáveis. O ouro aflui ao velho mundo europeu e os preços sobem assustadoramente.

O ouro proveniente do Novo Mundo para a Europa provocou uma imediata alta de preços. JEAN MARCHAL em seu **Curso de Economia Política** assinala: "Também JEAN BODIN funda sua reputação de economista mostrando que a alta teve por causa o enorme afluxo de ouro e de prata que os galeões espanhóis trazem do Novo Mundo". Assim também pensa BAUDIN em seu **Manual da Economia Política**: "Estima-se que de 1503 a 1660, o total de ouro vindo do Novo Mundo atingiu 180.000 kg. e o de prata cêrca de 17 milhões de kg. Esta massa metálica chegava a Sevilha. Daí uma alta geral dos preços". SIMONSEN esclarece em sua **História Econômica do Brasil**: "No início do século XVIII a produção do ouro brasileiro veio dar novo impulso à alta dos preços".

Na Espanha, calcula-se que os preços aumentaram de 300% entre 1500 e 1600. Vejam-se alguns casos da inflação na Alemanha do século XVII: em Dresden

o preço do trigo subiu 450% e o de centeio de 350% entre 1600 e 1622. Em Brunschweig a moeda se desvalorizou 63% entre 16 de abril a 16 de setembro de 1620. Na Inglaterra houve surtos inflacionários no século XVII, e a propósito cabe consultar HORSEFIELD no estudo **Inflação e Deflação (Inflation and Deflation, in 1694-1693, Economica, Londres, agosto, 1956)**.

Nos Estados Unidos, os preços ascenderam 40% durante a Guerra de 1812, eles tiveram ainda uma grande inflação durante a Guerra Civil. As guerras napoleônicas provocaram um período inflacionário, juntamente com a revolução francesa (1790-1812): houve uma alta de 100% no preço na Grã-Bretanha e Estados Unidos.

Podemos distinguir, de um modo geral, seus grandes períodos inflacionários após a Renascença: 1) Início do Século XVI; 2) Meios do Século XVII; 3) Época da Revolução francesa e das guerras napoleônicas, começando com o período pré-revolucionário; 4) Meios do século XIX até 1873; 5) Período da 1.^a Guerra Mundial, com os seguintes aumentos de preço (1913-1920): Estados Unidos, Holanda e Suíça — 100%; Grã-Bretanha — 200%; França — 400%; Itália — 500%, afora a inflação tremenda da Alemanha; 6) Período da II.^a Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo que se desenvolvem a economia e a sociologia, tornou-se mais fácil realizar um estudo pormenorizado sobre as inflações. De outro lado, surgiram grandes inflações na história moderna, como a da França, dos Estados Unidos, da Alemanha, da URSS, da China, que o economista e o historiador, o sociólogo e o estadista tiveram de examinar, afim de lhe debelar as causas. É o ciclo das grandes e terríveis inflações modernas, a que de resto não escaparam os países da América Latina, incluindo o Brasil.

Entre casos que merecem análise, na história das inflações modernas, cumpre relembrar os "assignats" da revolução francesa, as notas inglesas de 1810-1820, os "greenbacks" norte-americanos da Guerra da Sucessão, o "Bankozettel" austríaco, o marco alemão de-

pois da Primeira Guerra Mundial, os pengos ungaros, o rublo russo e a moeda chinesa. São grandes momentos da crise inflacionária, que ecoaram no mundo inteiro, e que não podem passar despercebidos.

É interessante salientar que a inflação atinge tanto os países capitalistas como os países socialistas. Ai está o exemplo da URSS, que se submeteu a um intenso processo inflacionário. É assim um engano supor que a economia socialista pode sobrepor-se aos perigos da inflação, embora lutasse ardorosamente para debelá-la.

X

AS GRANDES INFLAÇÕES MODERNAS (SÉCULOS XVIII e XIX)

A primeira das grandes inflações modernas é aquela ocorrida na França com a sua gloriosa revolução de 1789. Ela precisava de dinheiro para financiar as guerras contra a Inglaterra e a Áustria, que nem o imposto nem o empréstimo poderiam proporcionar.

Nesse momento, a Convenção Nacional decidiu que o governo poderia emitir notas de dinheiro, cujo lastro sejam os bens confiscados ao clero e aos nobres. MIRABEAU assim defendeu a medida: "Elas (as notas) representam um valor real, o mais seguro dos bens: a terra que cultivamos. É este o meio único de pagarmos nossos débitos, nossas tropas, e de fazer progredir a revolução. Reabsorvido lentamente, na compra de propriedade nacionais, esse papel-moeda não poderá tornar-se excessivo, como a própria atmosfera nunca se poderá tornar redundante".

O papel-moeda emitido tomou o nome de "assignats". Os "assignats" foram autorizados por dois Decretos, respectivamente de 19 e 21 de dezembro de 1789, pela Assembléia Nacional Constituinte ou Convenção, para o pagamento dos bens nacionalizados. Eram bônus do Tesouro, conversíveis a princípio, no valor de

1.000 libras e com juros de 5%. Novo Decreto de 17 de abril de 1790 autorizou-lhes o curso de moeda e diminuiu os juros para 3%. Em 29 de setembro do dito ano, ainda a Assembléa os transformou em títulos ao portador, sem juros. Foram também emitidos notas de menor valor, e os "assignats" se transmudaram em papel-moeda.

Foram as seguintes as emissões dos "assignats":

1789	400 milhões
1790	1.200 "
1792	2.000 "
1794	6.500 "
1795	17.500 "
1796	45.581 "

A medida da sua emissão desbragada, os "assignats" perdiam o seu valor. Em 1796 o seu valor representava tão só 0,30% do respectivo valor nominal. Então o govêrno deliberou recolhê-los para substituí-los por outras notas, chamadas de "mandats", na proporção de um "mandat" para 30 "assignats". Mas a desvalorização prosseguiu, sempre vultosa, sem que as pessoas quizessem mais receber os bônus, e lançando a França em uma crise financeira de graves proporções.

A segunda grande inflação do século é a da Áustria, aos fins do século XVIII e princípios do século XIX. Para cobrir os gastos decorrentes da Guerra dos Sete Anos, o govêrno austríaco resolveu emitir papel moeda chamado "Bankozettel", em 15 de junho de 1762, a princípio sem curso forçado. Foi o seguinte o aumento gradativo do meio circulante na Áustria:

1790	28.06 milhões de florins
1798	91.86 " " "
1809	729.00 " " "
1810	900.00 " " "
1811	1.060.00 " " "

As guerras européias com BONAPARTE accelera-

ram o ritmo emissionista. As notas se depreciaram. Em 1811 o governo resolveu trocá-las, com a troca das Bankozettel para "Einsloesungsscheine" e "Antipati-onsscheine".

Outra grande inflação do século XIX foi a da Inglaterra, embora em menores proporções que a da França e a da Áustria. Surgiu com as notas inglesas de 1810-1820. O Banco da Inglaterra aumentou a sua emissão de 12 milhões para 24 milhões de libras, entre 1810 e 1820, a desvalorização da moeda atingindo cerca de 20%.

Os "bullionistas" explicaram a desvalorização como decorrência do emissionismo. A "Banking School" pretendeu antes que a inflação decorreu da balança comercial e da balança de pagamento.

Tudo assim aconteceu: em face da guerra contra a França, em fevereiro de 1797, o público solicitou o reembolso das notas, em peças metálicas. Mas o Banco da Inglaterra, autorizado pelo governo, suspendeu os pagamentos em 27 de fevereiro. Já a 3 de março foi votada o "Bank Restriction Act", pelo qual as aludidas notas conseguiram força liberatória. Só em 1821 e 1823 foi restaurada a conversibilidade.

Outra grande inflação, já nos meados do século XIX, foi a dos "greenbacks" norte-americanos, durante a guerra civil. De um lado escassejaram os gêneros de primeira necessidade oriundos do sul agrícola e escravagista, de outro lado o Governo Federal do norte necessitava de dinheiro. Em 1862 terminou o reembolso em espécie de dois instrumentos monetários: bonus do Tesouro e notas de banco. Assim a Lei de 25 de fevereiro de 1862 permitiu a emissão de notas do Estado com curso legal. Novas leis, respectivamente em 1862 e 1863, ampliaram as emissões. As notas emitidas se chamaram "greenbacks", e logo muito se depreciaram.

Veja-se a depreciação: em 1862, 100 dólares papel valiam 96,6 dólares-ouro, mas em julho de 1864 apenas representavam o valor de 38,7 dólares-ouro.

Ao lado dos "greenbacks" circulavam também

moedas de ouro, notas de banco e bonus do Tesouro. O seguinte quadro é ilustrativo do assunto:

	MILHÕES DE DÓLARES						
	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866
Moedas de ouro	184	245	22	22	22	22	22
Notas de Banco	207	202	186	238	210	288	301
Greenbacks	—	—	96	387	447	431	400
Bônus do Tesouro ..	—	—	53	3	—	—	—
T O T A L	391	447	354	650	679	741	723

Os derradeiros anos do século XIX não assistiram mais a nenhuma grande inflação. Houve uma certa estabilidade na política européia, apenas localmente conflagrada com a expansão da Prússia e seguidamente da Alemanha. Os grandes países europeus consolidaram e chegaram à última etapa da sua política colonial, com que enriqueceram o seu erário. A Europa repousa na era vitoriana, de paz e honra.

XI

AS GRANDES INFLAÇÕES MODERNAS (SÉCULO XX)

O século XX é um século de grandes e graves problemas. Quasi tudo atinge uma escala mundial. Em diversos países avulta o processo inflacionário, que desorganiza o sistema econômico de países capitalistas e socialistas.

Entre as grandes inflações do século cumpre mencionar a da Alemanha, a da URSS, a da Hungria e a da China. Elas merecem ser apreciadas, para que se tenha uma visão global do assunto. A inflação também atinge duramente os países sub-desenvolvidos.

Praticamente a grande inflação alemã começou em 4 de agosto de 1914. Lei votada então vedou o reembolso ouro das notas do Reichsbanks, e esta inflação durou vários anos.

Inicialmente o Reich emitiu bônus para desconto no Reichsbank ou banco central. Os bônus não foram suficientes e daí o recurso aos empréstimos, até que, quando se contraiu o quinto empréstimo se verificou que dois bilhões de marcos não tinham sido recolhidos do total de 12.000 milhões de marcos emitidos sob a forma de bônus do Tesouro.

Enquanto os resultados dos empréstimos permaneceram estáveis (10 a 12 bilhões de marcos), os bônus alcançaram 50 bilhões em 1918.

A inflação se tornou vertiginosa, com a alta dos preços e a queda de valor do marco. Uma nota de um bilhão de marcos servia apenas para comprar uma caixa de fósforos em 1923. As casas comerciais aumentavam tôdas as tardes os seus preços, de acordo com

a cotação do marco: o salário do operário de um dia, já não servia para comprar as mercadorias com preço aumentado no dia seguinte.

Eis a escala ascendente do meio circulante em 1923:

Meio circulante na Alemanha	Valor em milhões de	
	Marcos	Dólares-ouro
6 de janeiro de 1923	1.336.500	154
15 de agosto de 1923	116.402.515	42
30 de novembro de 1923	400.267.640.291.750	60
Fins de 1923	633.000.000.000.000	

Cêrca de 30 fábricas de papel e 133 estabelecimentos gráficos eram utilizados em 1923 para a fabricação do papel-moeda.

LUIZ SOUZA GOMES no livro *O que Devemos Conhecer da Economia Política e das Finanças* (Rio, 1961, págs. 171-172) assim aprecia a matéria: “No princípio do ano de 1923 o marco iniciou a sua queda vertiginosa. A dívida flutuante aumenta e atinge cifras fantásticas: em janeiro, 2 trilhões; em abril, 8 trilhões; em julho, 57 trilhões; em agosto, 1.200 trilhões. A circulação de notas passa de 2 trilhões em janeiro a 3.200 trilhões em fins de agosto. No começo do ano as despesas públicas eram três vezes maiores do que a receita; em abril, sete vezes maiores e em setembro as despesas ultrapassavam 100 vezes a receita!

Em maio o marco valia a décima-milésima parte do seu valor de antes da guerra; em julho, a centésima-milésima parte; em agosto, a milionésima, e finalmente a milionésima parte de um milionésimo!...”. Em 1923, entrou em circulação o marco-renda (Renten-mark), nessa época começou o fim da inflação.

A Alemanha também sofreu uma outra inflação durante a 2a. Guerra Mundial, porém de proporções

menos graves, pois não aumentou tão intensamente o meio circulante:

1941-1942	—	RM	22.100.000.000
1942-1943	—	RM	24.400.000.000
1943-1944	—	RM	33.700.000.000
1944-1945	—	RM	60.000.000.000

Outro exemplo de inflação, autêntica inflação declarada, ocorreu na França, durante o período de julho de 1914 a setembro de 1920, quando o meio circulante aumentou de 6 bilhões para 41 bilhões de francos.

Fenômeno que deve ser apreciado pela sua importância é aquele ocorrido na Hungria, depois da 2ª. Guerra Mundial (vide S. AUSCH, AZ 1945-1946 évi infláció és a stabilizáció, Budapeste, 1958). A inflação húngara mostrou um tremendo desgaste de sua moeda e sua completa desvalorização.

A inflação húngara foi uma das maiores verificadas no mundo, seguidamente à guerra mundial de 1939-1945, assinalando o seguinte aumento do meio circulante em pengos:

P E N G O S

7 de janeiro de 1946	777.996.000.000
31 de janeiro de 1946	1.646.449.000.000
28 de fevereiro de 1946	5.237.808.000.000
31 de março de 1946	34.001.636.000.000
30 de abril de 1946	434.304.091.000.000
30 de maio de 1946	65.588.978.000.000.000
30 de junho de 1946	6.277.271.176.000.000.000.000
23 de julho de 1946	41.239.566.000.000.000.000.000.000

Com a perda do poder aquisitivo da moeda, os meios legais de pagamento se desmoronaram, aparecendo o ouro e o dólar como instrumentos substitutivos. O quadro abaixo demonstrou o curso violento da cotação do dólar:

ÍNDICE (1938) 1)

	Papel Moeda	Custo de vida (Exceto aluguel)	Cotação do dólar
15 de julho de 1945	36	92	103
31 de agosto "	55	173	215
30 de setembro "	95	289	558
31 de outubro "	244	2.503	2.800
30 de novembro "	813	15.457	15.081
31 de dezembro "	—	37.780	40.008
31 de janeiro de 1946	3.768	70.890	108.680
28 de fevereiro "	11.900	458.453	393.800
31 de março "	77.820	2.050.600	2.536.000
31 de abril "	994.100	35.756.000	31.560.000
30 de maio "	150.100.000	10.764.000.000	10.843.000.000
30 de junho "	14.000.000.000	4.703.000.000.000	4.350.000.000.000
31 de julho "	—	125.720.000.000.000.000	32.900.000.000.000.000

A partir de 1 de junho de 1946 foi criada uma moeda de contas na Hungria, o pengo fiscal (**adopengo**), eis que os contribuintes passaram a pagar os seus impostos indicados em avisos, multiplicados por um coeficiente, correspondente à base do índice diário de preços. Todos os dias se publicavam o seu valor de acôrdo com o índice dos preços, e expresso em pengos ordinários. Os bancos abriam suas contas em pengos fiscais. Depois de 1 de janeiro de 1946, também passaram a circular as notas de "pengo fiscal", os preços e salários sempre fixados em função da nova moeda, de valor móvel. Foi de certo modo uma tentativa de implantação do salário móvel.

Mas o valor do pengo fiscal também veio a se desvalorizar alcançando em ritmo incessante de desvalorização no próprio ano de 1946, com a seguinte marcha (*Nouvelle Gazette*, Zurique, 7 de janeiro de 1947):

PREÇOS EM "PENGO FISCAL"

1 de janeiro de 1946	1,0
18 de abril de 1946	1,0
31 de maio de 1946	2,4
19 de junho de 1946	4,8
8 de julho de 1946	22,8
15 de julho de 1946	101,0
23 de julho de 1946	875,0
27 de julho de 1946	15.454,9

As inflações da Alemanha e da Hungria representam casos dolorosos de perda do valor da moeda e crise nacional, a primeira realizada em um grande país capitalista, cuja crise se refletiu em todo o mundo.

Nas épocas das guerras mundiais, aliás, quasi todos os países da Europa e do mundo apresentaram surto inflacionário, que atingiu a economia dos países socialistas, inclusive a da União Soviética.

XII

AS GRANDES INFLAÇÕES MODERNAS : A INFLAÇÃO RUSSA

A princípio os socialistas utópicos e os primeiros marxistas eram favoráveis à extinção da moeda, que reputavam como instrumento ajustado à economia capitalista. Os proudhonianos ambicionam substituir a moeda pela letra de câmbio e o sistema de crédito gratuito. Os primeiros marxistas falavam com entusiasmo da substituição da moeda por bônus de trabalho ou de consumo. Tais tentativas apenas se objetivaram como utopias.

Os autores marxistas da atualidade defendem posições diferentes e aceitam a moeda como instrumento econômico.

LÊNINE afirma em suas *Obras* (tomo XXI, 3.^a edição, pág. 260): "Sem os Bancos, o socialismo não poderia realizar-se; os grandes Bancos constituem a instituição de Estado indispensável a nós para a realização do socialismo, instituição que tiramos já feita do capitalismo; aqui, todavia, nossa tarefa consiste apenas em eliminar o que, no regime capitalista, desfigura esta notável instituição e em torná-la ainda mais forte, democrática e vasta. A quantidade dará lugar à qualidade. Um Banco do Estado unificado, o maior

entre os maiores, com agências em cada comuna rural, junto de cada fábrica, já representa 9/10 do aparelho socialista. Significa a contabilidade geral do Estado, da produção e da repartição dos produtos, significa por assim dizer, qualquer coisa como o esqueleto da sociedade socialista”.

STALINE, em “As Questões do Leninismo (10a. edição, pág. 576), adverte: “Era preciso... superar preconceitos de outra: trata-se dos falatórios esquerdistas que correram entre alguns de nossos trabalhadores, segundo os quais o comércio soviético pertence supostamente a um estágio ultrapassado, que devemos dar início à troca direta de produtos, que a moeda será logo abolida, sendo dado que supostamente se transformara esta em simples índice de cálculo. Essas pessoas, que se encontram tão afastadas do marxismo como o céu da terra, não compreendem, evidentemente, que a moeda persistirá por muito tempo entre nós, até o fim do primeiro estágio do comunismo — o estágio do desenvolvimento socialista”.

Seria interessante focalizar a história da moeda soviética, para se ter a idéia da sua desvalorização e das medidas que a valorizaram.

Durante a chamada época do “comunismo de guerra” (Kriegkommunismus), houve um grande aumento do meio circulante e a perda do seu valor aquisitivo. O aumento do meio circulante foi o seguinte, em 4 anos:

Anos	Notas em circulação
Janeiro de 1918 —	27.650 milhões de rublos
Janeiro de 1922 —	17.539.232 milhões de rublos

De 27 bilhões a 17 trilhões, eis o ritmo do aumento do meio circulante na URSS em apenas quatro anos.

Daí os planos alusivos a substituir a moeda por um sistema de transações sem moeda, que não repercutiram. Em 1921, os comunistas pretenderam substituir a moeda pelo **troud**, ou unidade contábil do trabalho.

Mas o que vigorou não foi o *troud*, e sim a reforma monetária de LÉNINE em 1922 dentro da orientação da NEP.

O Banco do Estado (ou Gousbank), em fins do ano de 1922, emite novas notas, os *tchervonetz*, sendo 1 *tchervonetz* equivalente a 10 rublos-ouro tsaristas. Mas os antigos rublos (os *sovznaki*) continuaram circulando com o curso forçado que, contudo se depreciaram em relação ao *tchervonetz*. Mas o *tchervonetz* permanece com relativa estabilidade, com o seu curso firme, que também estabiliza o preço das mercadorias.

O Decreto de 5 de fevereiro de 1924 prossegue a reforma monetário. Determinou êle o seguinte: "Em razão dos progressos incontestáveis da economia nacional, o governo dos operários e camponeses julga necessário aplicar desde logo uma série de medidas, adequadas ao estabelecimento de moeda estável de valor inferior ao *tschervonetz*, e cuja emissão será condicionada pelas necessidades do movimento comercial".

RAIMUNDO BARRE, em seu *Manual da Economia Política*, explica as punções monetárias, chegando ao ponto de trocar 50.000 rublos antigos por um rublo novo. Escreve êle: "A emissão do rublo soviético interrompe-se a partir de 15 de fevereiro de 1924; procede-se ao resgate dos rublos em circulação por notas do Tesouro de 1,3 e 5 rublos (taxa de câmbio: 50.000 rublos antigos = 1 rublo novo); troca-se o *tchervonetz* na base de 10 rublos novos. Em 1 de julho de 1924, deixa-se de utilizar a emissão de notas para a cobertura das despesas orçamentárias. O Governo fixa a paridade entre o rublo e as diversas moedas estrangeiras: um dólar vale 1.943 rublos, uma libra esterlina 9,458 e 100 francos 7,616 rublos. Todavia, por decreto de 21 de março de 1928, o Governo proibiu a importação e a exportação de notas bancárias, e isto cortou a moeda soviética de tôdas as relações com o exterior e a protegeu contra as variações de valor nos mercados estrangeiros: o Governo soviético fixa doravante a taxa de câmbio do rublo em função das flutuações das divisas estrangeiras. Em 1937, o dólar foi

igualado a 5,3 rublos e a paridade do rublo com as demais moedas estrangeiras foi calculada multiplicando-se seu valor em dólar por 5,3”.

Segunda reforma monetária se processou em 1947. Os preços se elevaram, provocados pela inflação da guerra, de cerca de 10 a 15 vezes o nível anterior ao conflito. O governo então determina nova punção monetária, trocando os rublos antigos por rublos novos, na razão de 10 antigos por um rublo novo. Reavaliaram-se as contas bancárias, o que desfavoreceu os especuladores da guerra.

Depois da 2a. Guerra Mundial, a URSS surge como a maior potência do mundo, logo depois dos E.U.A., e ultrapassando a Inglaterra decadente. O Governo decide então dar valor internacional ao rublo, vinculando-o ao ouro. O Decreto de 28 de fevereiro de 1950 assim se orienta: o conteúdo do rublo com relação ao ouro é determinado em 0,222168 g. de ouro fino, podendo o Gosbank comprar ouro à razão de 4 rublos e 45 cada grama, fixando-se a taxa de câmbio com respeito ao dólar em 4 rublos, quando em 1937 era de 5,3 rublos.

A URSS, com a fundação das democracias marxistas e a ampliação das áreas socialistas, passa a ser uma grande concorrente no mercado internacional. A China, com seus 720 milhões de habitantes, é uma grande zona de intercâmbio comercial. O rublo substitui o dólar nessas novas regiões. Daí procurar-se conceder um valor internacional ao rublo, para substituir o dólar-papel.

Como salienta KOSLOV (*Voprocý Ekonomik*, 1950, n.º 3), “é sabido que apenas o ouro pode preencher o papel de moeda internacional”. Com a vinculação do rublo ao ouro, procura-se ampliar o espaço econômico e comercial. Assim, dá-lo ainda KOSLOV, “o rublo soviético torna-se um instrumento do desenvolvimento planejado das relações econômicas entre a União Soviética e as democracias populares”. Por sua vez ZLOBIN, na revista *Questões de Economia (Voprocý Ekonomiki*, 1951, n.º 7, págs. 89 e seguintes), assinala

ainda que os países marxistas “se propendem a ter uma base própria de preços e escala própria de regulamentos da moeda, segundo a sua estrutura social”. Desaparece o dólar em proveito do rublo nas ditas áreas socialistas: o rublo torna-se “unidade de conta do “clearing” bem como “a moeda de conta e de transação principal e orientadora de todo o campo socialista”.

Assim está dito no **Manual de Economia Política** (México, 1957, p. 559), de K. V. OSTROVITIANOV e outros: “A normalização da circulação monetária, o aumento da produção de mercadorias de amplo consumo e do comércio menor, e a baixa dos preços das mercadorias elevaram o poder aquisitivo e a cotação do rublo. O Governo Soviético elevou a 1 de março de 1950 a cotação oficial do rublo, tomando para base para calculá-la, não o dólar, como se vinha fazendo desde 1937, mas diretamente o ouro, de acôrdo com a lei ouro do rublo”.

A respeito do problema, além do **Manual de Economia Política** de BARRE e da obra **Manual de Economia Política** de OSTROVITIANOV e outros, consultem-se os artigos de H. DENIS sôbre **A Teoria Monetária na URSS (La Théorie Monétaire en U.R.S.S., em La Monnaie, La Théorie Économique du Temp Présent, Donat-Montchresten, Paris, 1951)**, V. LAVROV em **A Moeda no Regime Socialista (Etudes Soviétiques, Paris, 1955, março)** e A. ZAUBERMA, em **O Ouro na Teoria e na Política Econômicas Soviéticas (Gold in Soviet Economic Theory and Policies, em The American Economic Review, 1951, dezembro)**. Entre outros autores destacam-se ainda CH. BETTELHEIM em **A Economia Soviética (L'Économie Sovietique, caps. VII e VIII)** e **Problemas Teóricos e Práticas de Planificação, (P.U.F., 1951)**.

A URSS viveu sob um período inflacionário durante a época do socialismo até a Segunda Guerra Mundial. Salienta BARRE (o.c., III, pág. 419). “De 1928 a 1950 — data em que os salários se estabilizaram — foi uma inflação ininterrupta que caracterizou

a era dos planos. Mais do que de resultado infeliz e inevitável da industrialização a todo custo, trata-se aí, parece, de política sistemática que consistiu em favorecer a procura excessiva, provocando um “mercado de vendedores” e constituindo-se em estimulante ao crescimento da produção”.

Daí a conclusão de BARRE (o.c., III, pág. 419):
“... tendência ao superinvestimento ou ao investimento grandioso é em si mesma inflacionista”.

XIII

ATÉ QUE PONTO A QUANTIDADE DE MOEDA EMITIDA INFLUI SÔBRE OS PREÇOS?

A teoria quantitativa da moeda ou os monetaristas puros atribuem à inflação uma causa predominante, qual seja o emissionismo exagerado do papel-moeda. Restaria então saber si existe uma correlação absoluta entre a inflação, o custo de vida e a emissão do papel, ou apenas uma correspondência relativa.

Recentemente o economista OLIVER ÓNODY na obra **A Inflação Brasileira**, procedeu a uma análise de determinados casos concretos ocorridos no Exterior durante o período de 1948-52, em 41 países, para saber até que ponto se correlacionam o emissionismo e o custo de vida.

1) Em 29 países o volume do meio circulante aumentou em proporções maiores que o custo de vida.

2) Em 12 países o custo de vida ultrapassou o aumento das emissões, entre outros na China.

3) Em determinados países, como a Birmânia (1952), Índia (1949), Líbano (1949), Filipinas (1952), Portugal (1950), Suíça (1949) e E.U.A., houve um paralelismo entre o aumento do meio circulante e o aumento do custo de vida.

4) No Japão 1950), a atuação do aumento do

meio circulante sôbre o custo de vida revelou-se com retardamento.

5) Na Islândia (1950 e 1951), a alta do custo de vida se processou sem aumento do meio circulante.

6) Caso interessante é o da existência de baixa no custo de vida com aumento do meio circulante, como ocorreu nos seguintes países: Bélgica (1949 e 1950), Ceilão (1949), República Dominicana (1949-1950), Egito (1949), Alemanha Ocidental (1950), Itália (1950), Líbano (1950), Paquistão (1949 e 1950), Filipinas (1951), Portugal (1951 e 1952), Espanha (1952), Suíça (1950), Turquia (1951) e Uruguai (1950).

7) Em determinadas nações, houve diminuição do meio circulante e aumento do custo de vida em certos anos, como no Chile (1950), Índia (1949), Japão (1949), Holanda (1949 e 1950), Portugal (1949), Turquia (1949), União Sul-Africana (1949), Estados Unidos (1950).

Examinando-se o caso do Brasil, verifica-se uma tendência ao paralelismo entre o aumento das emissões e o aumento do custo de vida. Houve uma concordância perfeita entre os ditos elementos nos seguintes anos: 1915, 1917, 1923, 1924, 1930, 1934, 1936, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1945, 1946, 1948, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958. A concordância foi menos perfeita nos seguintes anos: 1916, 1919, 1920, 1921, 1922, 1927, 1931, 1933, 1937, 1947.

Afirma ONODY: "Quanto ao período da inflação aberta brasileira, que já dura desde 1939, é de se verificar um paralelismo quasi simétrico entre as emissões e alta do custo de vida, precedendo sempre o fator moeda ao da alta dos preços, provando que, no caso brasileiro, não se pode falar de moeda passiva".

É preciso porém lembrar que existe também uma decolagem temporal entre o aumento do meio circulante e as alterações de preços, como assinala MILETZ. No Brasil tais efeitos temporais são calculados entre 6 a 18 meses, desde a data das emissões ao aumento dos preços.

Da análise feita, resulta a indução de que ocorreu

em inúmeros países um aumento correlativo entre as emissões e o custo de vida, mas que esta não é regra absoluta, porque houve várias exceções. Daí resulta que não se pode aceitar como tôda a sua pureza a tese quantitativista ou monetarista, atribuindo a inflação ao simples aumento do meio circulante.

No Brasil, entretanto, esta correspondência entre o aumento do meio circulante e o aumento do custo de vida é sempre visível. Pode-se entretanto, incriminar de modo exagerado a inflação brasileira?

Para que no Brasil como nos Estados Unidos na sua fase desenvolvimentista, como na URSS, a inflação acompanha o processo do desenvolvimento.

Escreve AMARO CAVALCANTI, em sua **Resenha Financeira do Brasil**: "É mister atender que o papel-moeda no Brasil é uma conquista feita de nossos hábitos e costumes, como nação: com êle sustentamos os gastos da nossa independência política, e com os seus meios e recursos temos vivido durante mais de meio século, realizando os progressos e melhoramentos que possuímos".

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO em sua **História do Banco do Brasil** afirmou: "O País só poderia progredir materialmente graças a um vertiginoso aumento do seu meio circulante".

É essa também a razão pela qual alguns autores de renome admitem um "limite de tolerância" para o aumento do meio circulante, sem que tal aumento provocasse uma inflação autêntica, embora com leve depreciação da moeda.

Ista depreciação na base de $\frac{1}{4}\%$ a 5% anuais seria suportável, segundo os seguintes analistas, que admitem tais depreciações anuais: SCHLICHTER — 2 a 4% anuais; GAEL FAIN $\frac{1}{4}\%$ anual; EUGÊNIO GUDIN — 2 a 3% anuais; EARL HAMILTON — 1 a 2% anuais; PAUL SAMUELSON — 5% anuais; Academia de Ciências Políticas da Universidade de Colúmbia — 2 a 3% anuais. Ainda no Brasil o economista ALMEIDA MARGALHÃES sugere que um surto inflacionário de 5% ao ano não é prejudicial ao país.

Tais considerações levam assim os economistas a distinguir entre **inflação reprimida** e **inflação aberta ou declarada**. A primeira se verifica quando o ritmo do aumento dos preços é inferior ao do aumento da circulação, enquanto a segunda ocorre quando a taxa do aumento dos preços é superior à do aumento do meio circulante (da circulação monetária).

XIV

A POLÊMICA ENTRE QUANTITATIVISTAS E ANTI-QUANTITATIVISTAS

A teoria quantitativa da moeda ou a teoria monetarista pura data de alguns séculos. BODIN já a expressava no século XVI. LOCKE, HUME, ADAM SMITH, RICARDO, DAVANZATTI, CANTILLON e outros são seus adeptos. Segundo ela, o excesso da emissão da moeda provoca a inflação: a moeda é uma mercadoria, cujo valor varia em proporção inversa de sua quantidade.

Muitos autores modernos admitem a tese, como J. L. NICHOLSON, no estudo *Inflação (Inflation)*, Londres, 1919), dizendo o seguinte: "a inflação significa um aumento anormal de moeda".

Mais tarde, IRVING FISCHER introduz elementos novos e atualiza a teoria quantitativa da moeda, com a idéia de velocidade de circulação da moeda, formulando a chamada equação de FISCHER. A reformulação de KEYNES à teoria clássica, também é conhecida, pois na sua *Teoria Geral* procura demonstrar que o aumento do meio circulante não provoca necessariamente uma alta nos preços, quando existem fatores desempregados.

JACQUES LE BOURVA, autor do livro intitulado

A Inflação Francêsa após a Guerra (*L'Inflation française d'après guerre*, Paris, 1954), sustenta que o emissionismo alimenta a inflação, mas não é sua causa principal.

FLAMANT adverte que num processo inflacionário é preciso rebuscar para suprimir as causas originárias, mas não evitar novas emissões, que, às vezes, são inevitáveis. Quando não há dinheiro suficiente, surgem outros meios de pagamento, como cigarros, moeda estrangeira, etc.

Para a teoria do hiato inflacionário (a expressão surge com KEYNES), as emissões resultam primordialmente do incentivo à produção, por causa da taxa baixa de juros. Quando aparecem os gargalos, os preços sobem. OLIVER ONODY, no Brasil, é partidário da teoria dinamizada do hiato inflacionário.

NOGARO apina que só a moeda que chega até o mercado realmente influencia a alta dos preços e provoca a inflação.

AFTALION sugere a substituição da teoria mecânica da moeda por uma teoria psicológica complexa e admite que os efeitos da renda tenham mais influência sobre a inflação do que as emissões.

RUEFF, autor do livro *Sobre a Teoria da Inflação* (*Sur la Théorie de l'inflation*, Paris, 1925), bem como DIVISIA salientam também fatores psicológicos atuantes sobre os preços e afirmam a utilidade de fatores extra-monetários ou paramonetários para estabilizar a moeda. Entre tais fatores paramonetários relembram o equilíbrio orçamentário, a conversão da dívida pública etc.

BOULDING procura provar que o volume das transações pode neutralizar de todo o valor das emissões para aumentar os preços. Recorda a propósito que o meio circulante subiu nos Estados Unidos no período de 1924-1925, mas não os preços.

Opinião interessante se pode destacar do parecer do **Federal Reserve Board**, publicado no **Boletim** de 1939, pretendendo que os preços não podem ser controlados por alterações no volume monetário.

Vejam agora os anti-monetaristas ou anti-quantitativistas absolutos. KATONA no estudo **Guerra sem Inflação (War without Inflation)**, Columbia University Press, 1942) afirma que não existe interdependência entre os preços e as emissões.

Outros autores advogam a tese de que as flutuações dos preços devem ser buscadas mais na produção do que no sector exclusivamente monetário.

Importante é a tese da **passividade da moeda**, sustentada por inúmeros anti-monetaristas e anti-quantitativistas, V. BRIEN, em a **Inflação Dirigida (L'Inflation dirigée, come moyen normal et permanente de financier les dépenses de l'État)**, na **Revue d'Economie Politique**, Paris, janeiro, 1953), diz o seguinte: "É possível financiar as despesas do Estado pela emissão da moeda fiduciária evitando os movimentos de inflação. Basta para isso organizar a inflação, pela taxa da inflação do momento".

KNUT WICKSELL, professor de Economia em Iena, destacou-se como reputado economista sueco partidário do marginalismo, é um dos inspiradores de KEYNES, repudiando a tese quantitativa da moeda. É ator do estudo **Inflação, volume da moeda e juro (Ekonomisk Tiduskraft, Estocolmo, ns. 10 e 11, 192)**.

Os partidários da teoria da passividade da moeda acham que si a moeda não é necessária à economia do povo, ela é entesourada ou vai para os bancos e caixas.

WICKSELL nega mesmo a influência da quantidade da moeda sobre os preços, embora admita que a taxa dos juros possa provocar alterações dos preços. Tal teoria mostra a passividade da quantidade da moeda, mas não a passividade da sua condição.

É realmente a moeda passiva ou ativa? Ambos pontos de vista tem partidários de valor: WICKSELL e NOGARO falam da passividade da moeda, HAWTREY alude a uma moeda essencialmente ativa.

MARJOLIN advoga solução conciliatória: os preços e a quantidade de moeda dependem de outro fator, constante da relação "taxa de juros-lucro".

ONODY, na ponderação do efeito do fator moeda

sobre o movimento inflacionário, toma em consideração: a) o volume do meio circulante (M) e a velocidade de circulação (V) da moeda; b) outros fatores correlatos que tanto podem neutralizar como aumentar o efeito das emissões. Assim, para êle, "não se pode aceitar a teoria quantitativa em sentido absoluto".

Daí os problemas da velocidade de circulação da moeda, que renovam a teoria quantitativa conforme sugestões de IRVING FISCHER, MARSHALL, KEYNES, J. KEITH, HORSEFIELD, ALEXANDRE CHABERT, etc., mostrando como o aumento da velocidade da circulação da moeda é elemento importante nas oscilações de preços.

MARX também combate a teoria mecanicista pura, sugerindo explicação baseada na teoria do valor. A. PASSOS GUIMARÃES no estudo *Inflação e Monopólio no Brasil* (página 50), assim esclarece a posição marxista:

"Contra os quantitativistas, mecanicistas por definição, que proclamava a obediência dos preços às alterações da quantidade da moeda-ouro (ou outra moeda mercadoria), MARX afirmava que as variações dos preços das mercadorias em geral não estavam em relação com as variações quantitativas mas qualitativas, isto é, com as alterações do valor da moeda-ouro, cuja substância é medida, como qualquer mercadoria, em unidades de trabalho socialmente necessário.

"Quando o ouro, após as descobertas das Minas da América passou a afluir em larga escala para os centros da economia mundial, a revolução dos preços — assim chamada a alta violenta verificada naquela época no movimento geral dos preços — não provinha do aumento da quantidade de ouro posta em circulação, mas da melhoria dos processos empregados na produção aurífera e do seu barateamento.

"Mas MARX não parou aí. Estudando também as leis específicas que iriam reger a circulação fiduciária, pós a separação que se tornaria cada vez mais pronunciada entre a moeda-papel e a moeda-ouro, estabeleceu que as emissões de papel-moeda quando se tornassem

excessivas em comparação com as necessidades da circulação, determinariam, aí sim, depreciações proporcionais ao aumento de sua quantidade e consequentes altas dos preços, resultantes da desproporção entre o papel multiplicado e o ouro que nêle estava representado ou simbolizado. Assim, admitindo-se uma mesma velocidade de rotação da moeda-papel, se em lugar da emissão de uma unidade fôsse feita a emissão de duas unidades de moeda-papel, quando as necessidades de circulação, medidas em moeda-ouro, exigissem apenas a emissão de uma unidade de moeda-papel, isso faria com que a moeda-papel passasse a ter metade de sua equivalência anterior, e com que os preços se elevassem ao dôbro. Um exemplo, se nossas necessidades de circulação fôsssem de um bilhão de moedas de ouro de 1 cruzeiro, e tivessem de retirar da circulação êsse ouro e de substituí-lo por um bilião de notas de 1 cruzeiro, o poder aquisitivo do papel-moeda não seria alterado; se, entretanto, o Estado, para cobrir deficits ou por outra razão, emitisse não um bilião de notas, mas dez biliões de notas de 1 cruzeiro o poder aquisitivo da nota de 1 cruzeiro seria reduzida a uma décima parte. Contudo, os dez biliões de notas emitidas, volumê excessivo em relação às necessidades da circulação, cumpririam as mesmas finalidades daquelas cumpridas pelo bilião de notas precedentes; em outras palavras, o poder aquisitivo dos posteriores dez biliões de cruzeiros seria, no conjunto, igual ao poder aquisitivo do bilião de cruzeiros anterior”.

Afirma realmente MARX na **Contribuição à Crítica da Economia Política**: “A quantidade de ouro representada por cada signo de valor teria diminuído na mesma medida que a soma total dos signos de valor teria aumentado. A alta dos preços não seria senão a reação do processo de circulação que estabelece, à viva fôrça, a igualdade entre os signos de valor e a quantidade de ouro que êles pretendem substituir na circulação”.

A conclusão a chegar-se é, assim, de que a quantidade de moeda atua sôbre os preços, mas não é o

único fator, como a princípio se pensava. Outros elementos são atuantes, na estrutura econômica e sociológica, muito embora nem a quantidade nem a condição da moeda sejam elementos passivos no processo inflacionário. De outro lado, não cabe confundir a estrutura dos chamados países desenvolvidos e sub-desenvolvidos, pois nestes últimos a experiência demonstra que a moeda tem um papel essencialmente ativo: os aumentos dos preços estão nele melhor correlacionados com o aumento da quantidade da moeda, como no Brasil, onde se tem revelado uma correlação secular entre êles.

X V

A VELOCIDADE DA INFLAÇÃO

Pode-se falar a rigor de uma velocidade da inflação. Êste é o elemento de relêvo na sua caracterização, como elucida MAURÍCIO FLAMENT: "a diferença quantitativa que traduz a diferença de ritmo entre a inflação e a hiper-inflação corresponde à passagem de um limiar, havendo entre os dois fenômenos uma diferença quantitativa".

A inflação pode apresentar mudança na sua velocidade, provocando alterações sensíveis na sociedade. Pode-se-ia com segurança distinguir três marchas no processo inflacionário, que correspondem de certo modo aos graus de intensidade da inflação, no modo de entender de GUITTON.

A primeira forma da inflação, ou sua forma primária, é aquela em que a taxa anual das altas dos preços é inferior à taxa média dos juros. Nas nações sub-desenvolvidas esta taxa de juros varia entre 8 a 12%, nos países desenvolvidos entre 3 e 5%. Não havendo alteração anual sensível nos preços, que se mantêm dentro de um razoável limite de tolerância, os juros bancários compensam com lucro a possível e pequena desvalorização da moeda. Tal inflação não representa perigo para a sociedade e é mesmo benéfica para o capitalismo.

Outra forma da inflação, na sua mudança de velocidade, é a forma secundária: nesta a alta dos preços é superior à taxa média anual dos juros, entretanto é inferior à taxa média dos lucros. Tal taxa média dos lucros oscila entre 10 a 15% nos países desenvolvidos e 30 a 40% nos países sub-desenvolvidos. Já começa a operar-se a fuga diante da moeda. Aumenta também a velocidade de circulação da moeda, ninguém deseja mais o encaixe. Em vez de se encaixar ou entesourar o dinheiro, procura-se utilizá-lo em mercadorias, imóveis, jóias, automóveis. etc. Só o dinheiro é que não vale para ser guardado, por causa da perda da sua substância. Os encaixes bancários diminuem sensivelmente, os depósitos a longo prazo não têm mais eficácia, os bancos se comprometem se não passam a especular em outras formas de operação. Os grandes empresários são favorecidos, mas a média burguesa e os assalariados, os rentistas de modo geral ficam severamente comprometidos.

A forma terciária da inflação é aquela em que as altas dos preços sobrepõem muito acima dos limites dos juros ou das taxas de lucro. É chamada de hiperinflação ou inflação galopante. Toda a sociedade fica então comprometida em benefício de uma alta camada de magnatas, que se beneficia com a hiperinflação, embora prepare o seu suicídio por causa da eclosão de regimes totalitários de direita ou de esquerda.

Por isso determinados autores, como A. C. PIGOU, GAEL FAIN, e JEAN MARCHAL aludem à inflação "pura", "moderada" ou "própriamente dita", para representar a fase iniciada da inflação, ou às expressões inflação "galopante", "hiper-inflação" e "super-inflação" como correspondente à fase última da inflação, de acordo com a sua intensidade ou o seu grau de velocidade.

Apenas uma inflação moderada, ou a inflação na sua forma primária, pode ser reputada como compatível com os interesses sociais, econômicos da comunidade. As outras formas são perigosas.

MEYER no estudo **Inflação e Capital (Inflation**

and Capital, Cambridge, 1954), afirma: "Parece que a única forma economicamente útil de inflação é a inflação moderada (**mild inflation**). Segundo KEYNES, os "gently rising" preços são úteis para o aumento dos investimentos e da iniciativa de um modo geral. BABSON no ensaio **Se a Inflação Chegar (If Inflation Comes, 1943)**, declara que, "sem dúvida, uma certa soma de inflação se justifica durante os períodos de depressão".

SAMUELSON, na sua **Introdução à Análise Econômica**, escreve o seguinte: "Deve preferir-se a inflação moderada à deflação moderada".

D'HÉROUVILLE, no ensaio **Tensões Inflacionistas e Conjuntura Ocidental (Tensions Inflationistes et Conjoncture Occidentale, Études et Conjoncture, Paris, 1956, junho)**, assim se expressa: "Uma alta limitada dos preços, em período de expansão, não é necessariamente malsã". Adianta êle: "As tensões inflacionistas aparecem como a **consequência** do próprio processo de crescimento".

GUNNAR MYRDAL adverte: "A ausência da inflação é sinal seguro de que um país não pode levar a sério seu desenvolvimento". Na verdade, tanto os E.U.A. como a U.R.S.S. se desenvolveram sob o signo da inflação.

No relatório das Nações Unidas, intitulado **Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico**, se diz o seguinte: "Nos países latino-americanos, o processo do crescimento pode estar intimamente ligado a fenômenos do tipo inflacionário. A inflação tem assim um papel dinâmico nos países latino-americanos em processo de crescimento".

GUDIN, conhecido economista brasileiro, no livro **Princípios de Economia Monetária**, chega à seguinte conclusão: "A pressão inflacionária é uma condição quase normal em países sub-desenvolvidos de população crescente, com ânsia de progresso".

Entretanto, é preciso esclarecer que só a inflação moderada, se não se pode evitá-la, é útil ao progresso econômico, especialmente em países sub-desenvolvidos

com população crescente. A inflação moderada é em suma a inflação primária ou no máximo a inflação secundária, que em seus limites extremos já se torna perigosa. Si se ultrapassasse o limiar para a inflação galopante (inflação terciária), perigariam os fundamentos da ordem democrática e legalista, as ditaduras surgem no horizonte.

No Brasil, como o aumento do custo de vida é um símbolo da medida da inflação, verifica-se que em 1959, 1960 e 1961, a percentagem do aumento do custo de vida foi respectivamente de 39,1%, 29,3% e 33,3%. A intensidade da inflação se efetivou no Brasil nos seguintes termos, no tocante à desvalorização da moeda, segundo dados oficiais divulgados pela **Fundação Getúlio Vargas**: janeiro a dezembro de 1961 — 4,7% ao mês; janeiro a dezembro de 1962 — 5,4% ao mês; janeiro de 1963 a junho de 1964 — 8% ao mês, cumulativas. O Brasil já se encontra assim no limiar da hiper-inflação, negreando os horizontes sociais.

XVI

A MEDIDA DA INFLAÇÃO

A inflação necessita ser medida e aferida para poder saber-se o seu grau e a sua intensidade. O método de cálculo da inflação deve assim ser exposto e esclarecido. Como se sabe que realmente existe inflação em um país?

Pretende B. HANSEN que a primeira tentativa para calcular pelo método estatístico a inflação se deve a KEYNES no ensaio *How to Pay for the War*.

Diversos estudiosos debatem a matéria, entre eles WALTER SALANT em *O Hiato Inflacionário (The Inflationary Cap)* e WARDBRUTON no artigo *Medindo o Hiato Inflacionário*, ambos publicados na *Revista Americana de Economia (Americana Economic Review)*, respectivamente de junho de 1942 e junho de 1943. KEITH HORSEFIELD é autor do artigo *A Medida da Inflação (The Measurement of Inflation)*, publicado no *Staff Paper do Fundo Monetário Internacional*, em fevereiro de 1950. Outros autores estrangeiros debatem a questão, entre eles FLAMANT, PIGOU, HARRIS, WILEY, RAO, SAMUELSON, etc. No Brasil convem citar as contribuições de ÓNODY, PASSOS GUIMARAES e DORIVAL TEIXEIRA VIEIRA.

O método mais usualmente seguido para se fazer o cálculo da inflação é a sua medida à base do índice do custo de vida. Esta mensuração é a que mais chama a atenção do grande público. Entretanto, como todos os outros processos, também apresenta as suas deficiências. Afirmam a propósito os técnicos da ONU: "Os índices do custo de vida (cost of living indices), certa-

mente, não dão uma medida estritamente exata e comparada da inflação. Como êles usualmente se relacionam com o custo de vida para assalariados em uma grande cidade e conhecem apenas um número limitado de mercadorias, êles refletem antes as condições locais do mercado do que a experiência inflacionária do país como um todo. Contudo, os índices do custo de vida permitem efetivamente uma medida aproximada dos vários graus (**an approximate measure of the varying degrees**) da inflação". (United Nations, **World Economic Survey, 1957**).

Segundo método empregado consiste em medir a inflação de acôrdo com a depreciação da taxa cambial, obtendo-se determinados índices que permitem a medida da pressão inflacionária.

Terceiro método é proposto por PIGOU, estudando a taxa de aumento do salário médio como um expediente adequado para medir a inflação.

Quarto processo é o de MAURICE FLAMANT, da Universidade de Grenoble, que calcula o chamado **ecart inflationniste** pela confrontação das fontes da oferta com a poupança, e publica dados sôbre êles relativos à França em 1948, que elucidam o assunto.

FONTES DA OFERTA		PROCURA	
Produtos agrícolas . . .	1.765	Funcionamento corrente do serviço público e privado	552
Produtos industriais ..	2.212	Investimento público e privado	968
Serviços prestados pelo Estado	387	Rendas dos particulares, que podem ser gastas em consumo	3.739
Outros serviços	271		
	—	TOTAL DA PROCURA	
Produto Nacional Bruto	4.635	Excesso da procura sôbre as fontes	365
Importações	437		
Exportações	178		
	—	(Ecart Inflationniste)	
Contribuição exterior bruta	259		
Total das Fontes	4.893		

Daí o **ecart inflationniste** de 365 bilhões de francos, e este hiato inflacionário ascendeu a 475 bilhões no ano de 1949, conforme cálculo dos estatísticos do Plano MONNET.

Quinto processo para medir os efeitos inflacionários do deficit orçamentário é o de RAO no estudo alusivo à matéria e com o título **Deficit Financing, capital formation ad price behaviour in an under-developed Economy** (em *The Indian Economic Review*, fevereiro de 1953), que os calcula com a seguinte equação:

$$P_t = P_o + h_t = I \quad (I - r)^{t-1}, \text{ sendo}$$

P_o = nível inicial dos preços (100)

P_t = nível dos preços no ano t

h = percentagem das despesas do governo sobre o gasto nacional no ano inicial

r = proporção do **outlay** nacional aumentado que o governo recebe de retôrno ao fim do ano.

A. SMITHIES é autor de dois ensaios, intitulados **O Controle da Inflação** (*The Control of Inflation, Review of Economics and Statistics*, Cambridge, agosto de 1957), e **O Comportamento da Renda Nacional Monetária em Condições Inflacionárias** (*The behaviour of money national-income under inflationary Conditions* (in *Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, novembro de 1954), calculando o hiato inflacionário por uma fórmula estática, que é a seguinte, como um sexto método que aqui se indica:

- $IN = YF - Y$, ou
 $IN = YF - Y$, onde
 IN = hiato inflacionário
 Y = produção efetiva
 YF = produção que os bens de capital de uma economia determinado podem realizar normalmente.
 YE = produção que o pleno emprego oferece à mão de obra disponível.

Já no campo dinâmico, o equilíbrio é alcançado quando se torna igual a taxa de crescimento dos três elementos: Y , YF e YE .

Sétimo processo é indicado por P. SAMUELSON, que procura medir a inflação através de gráficos fixando a decolagem inflacionária através dos elementos **consumo, investimento e renda nacional**.

Convém mencionar também o método de HARRIS, a quem se devem mencionar os seguintes estudos: **A Inflação e a Economia Americana (Inflation and the American Economy (1945), Subsídios e Inflação (Subsidies and Inflation, em American Economic Review, Menash, setembro de 1943) e A Economia da Mobilização e Inflação (New York, 1951)**. É um oitavo método conhecido, e se referindo ao **Inflationary gap** norte-americano de 1943:

Renda Monetária	125 bilhões de dólares		
Impostos pessoais	75	"	"
Economias	25	"	"
Disponível para as despesas de consumo	85	"	"
Bens de consumo e serviços disponíveis a preços de novembro de 1942	70	"	"
GAP INFLACIONÁRIO	15	"	"

Um outro método, o novo imaginado pela economia política e aqui condensado, é o de KEITH HORSEFIELD no seu precitado estudo *A Medida da Inflação*. Ele procura calcular os fatores inflacionários brutos (**gross inflationary factors**), assim definindo os fatores inflacionários: "**Inflationary forces are those tending to cause an excess of current expenditure over the cost of producing currently available goods**". Os fatores inflacionários brutos são os seguintes: o deficit governamental, os investimentos e o excesso de exportação. KEITH distingue entre forças inflacionárias brutas e forças inflacionárias líquidas. As forças inflacionárias líquidas representam a importância que sobra depois de descontada a poupança, é a **net inflationary pressure**. O cálculo das forças inflacionárias brutas é dado por KEITH segundo este modelo:

$$\frac{100. (\text{Deficit governamental} + \text{Investimentos} + \text{Excesso de Exportação})}{\text{Renda Nacional}}$$

Ainda KEITH publicou outro artigo subordinado ao título *A Inflação na América Latina*, ainda no *Staff Paper* do F.M.I., em setembro de 1950, para calcular a atividade financeira (*Financial Activity*), representada pelo índice do produto da velocidade da circulação dos depósitos bancários e do volume dos meios de pagamento. O referido índice da atividade financeira representa, com certos ajustamentos, o índice da inflação.

Convém agora mencionar um décimo método para cálculo da inflação, a que se refere o eminente autor brasileiro, DORIVAL TEIXEIRA VIEIRA, no livro *O Desenvolvimento Econômico do Brasil e a Inflação*, (São Paulo, 1962, págs. 106 a 112). Ele joga com três elementos para medir a inflação: o coeficiente de inflação, o multiplicador do potencial financeiro e o multiplicador da produção. O coeficiente de inflação resulta da relação entre o multiplicador do potencial monetário e o multiplicador da produção, e através dêle, e obtem o índice de inflação. Através desse processo se

verifica que só aumenta o índice de inflação si a quantidade de moeda não é absorvida pelos índices médios ponderados do "quantum" produzido na agropecuária e na indústria, incluindo-se a produção extrativa.

A inflação pode ser assim medida pelos processos técnicos da economia política e da sociologia, e o interesse que o tema desperta está na viva repercussão de livros, artigos, ensaios e políticas de estabilização monetária que o mundo de hoje apresenta. A inflação pode ser corrigida pela ciência e pela tecnologia, e as medidas estão à mostra para debelar este grande flagelo do mundo contemporâneo.